

CAPÍTULO TRÊS
CTC – CENTRO DE TRABALHO E CULTURA

3.1. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

O Centro de Trabalho e Cultura é uma instituição livre de ensino profissionalizante para adolescentes e operários adultos do Grande Recife, Pernambuco. Um de seus mais atuantes membros, Neilan Humberto Brito Spinelli, engenheiro, radicado no Recife em 1969, oriundo da Ação Católica Estudantil do Rio de Janeiro, apresentou a seguinte versão sobre o início do CTC:

No início da década de 60, o movimento dos trabalhadores no Brasil estava com toda a força: os sindicatos participavam ativamente da vida política, inclusive derrubando um ministro; os camponeses organizados em Sindicatos e Ligas exigiam a extensão das conquistas dos trabalhadores da indústria para o campo; o presidente da república e alguns governadores eram favoráveis a mudanças estruturais; os estudantes discutiam as questões nacionais; a ala progressista da Igreja Católica (Juventude Operária Católica - JOC, Ação Católica Operária - ACO, etc.) apoiava as lutas por melhores condições de vida. Em Pernambuco, os trabalhadores das imensas plantações de cana-de-açúcar vinham para a capital em passeata exigir salário justo e melhores condições de trabalho. O governador progressista tomou uma decisão histórica: a polícia não seria usada para reprimir os trabalhadores, e se viu o impossível, a polícia acompanhava os protestos dos camponeses armados com suas foices, sem interferir. Protestar era um direito. O Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Igreja Católica, alfabetizava os camponeses utilizando o método de Paulo Freire: o aprendizado das sílabas junto com a consciência política. O MEB tomou, então, a decisão de iniciar um trabalho na cidade com os trabalhadores das fábricas através da formação profissional”

A fundação do Centro de Trabalho e Cultura ocorreu em 1966, embora, na realidade, tenha sido pensado em 1964, pelo MEB - Movimento de Educação de Base – que pretendia estender suas atividades ao meio urbano e procurava o local para o seu funcionamento. No entanto, ocorreu o golpe de 1964, e o MEB foi extinto. Mas esse projeto de Cultura Popular idealizado pelos membros do MEB não se perdeu e, em 1966, como testemunha Neilan Spinelli: “*militantes da JOC - Juventude Operária Católica decidem continuar a proposta do MEB e, num prédio da Igreja, fundam o Centro de Trabalho e Cultura –CTC, em 1966*”. A proposta era criar uma escola de formação profissional para fazer um trabalho de conscientização. Oficinas de produção manteriam os cursos e serviriam de fachada para evitar a repressão.

Desde o seu começo, o CTC, do Recife foi organizado com total apoio da Arquidiocese de Recife e Olinda, no tempo em que D. Helder Câmara era o seu Cardeal-Arcebispo. A importância dada ao CTC pela Arquidiocese foi grande, a ponto de patrocinar o envio de pessoas ao exterior, com indicação da JOC, para serem capacitadas como monitores

dos cursos a serem criados. O CTC foi instalado, em regime de comodato, num prédio localizado no centro da cidade, no bairro de Coelhos, construído pela “Companhia da Caridade”, antiga entidade católica fundada pelo Padre Venâncio, figura histórica do Recife, que na década de vinte, construiu muitos prédios no centro da cidade, com recursos recolhidos.

No local onde se instalou o CTC, tinha existido uma escola para meninos pobres, que lá moravam, e, além do ensino formal, aprendiam uma profissão, como, por exemplo, a de sapateiro e de padeiro. Era um prédio grande, com vários andares, com pisos de madeira, que ainda na década de sessenta foi reformado com auxílio da "MISEROR".¹ Entretanto, o dinheiro não foi suficiente para uma reforma completa do prédio, que acabou ficando com uma parte dos pisos em concreto e outra em madeira. Várias entidades ocupam esse espaço, até hoje chamado pelas pessoas do bairro "Colégio Padre Venâncio", ficando o CTC no andar térreo, com o pátio, o campo de futebol e o auditório; os outros locais foram preenchidos por diversas entidades sociais ligadas à Arquidiocese, como, por exemplo, na época de Dom Helder, o ITER (Instituto de Teologia do Recife) que formava os padres da Arquidiocese. Hoje em dia, dez entidades, aproximadamente, estão instaladas nos andares superiores.

A diretoria do CTC foi composta por um grupo de pessoas católicas, quatro militantes católicos ligados à Arquidiocese, oriundos da JOC - Juventude Operária Católica: padre Moisés Lindoso, o casal Antônio e Ivonete e Afonso Rocha, além de alguns outros, mas nenhum deles era operário. Essa escola deveria ser mantida pela produção dos próprios alunos e, com esse objetivo, foram instaladas as oficinas de Serraria e de Serralharia. Ao lado da produção, foram criados cursos de Arte Culinária, Confeitaria, Corte e Costura, Bordado, Manicure, etc., que acabaram sendo freqüentados só por mulheres e dirigidos por D. Ivonete. Esses cursos eram considerados menos dispendiosos, pois eram monitorados por ex-alunas dos primeiros cursos e envolviam pouco material.

Quem realmente norteava os rumos do CTC era a equipe pedagógica, constituída por pessoas ligadas aos trabalhadores, enquanto os membros da diretoria do CTC eram católicos, não militantes dos movimentos operários. Era preciso modificar o perfil da diretoria do CTC, de modo que fosse constituída por pessoas mais preocupadas com os problemas da educação de trabalhadores e não, como se fazia desde a fundação, com os relacionados à produção para

¹Instituição francesa fundada ao tempo da 2ª Guerra Mundial, para auxiliar toda e qualquer pessoa e/ou entidade necessitada. Até hoje ela existe e faz contribuições aos empreendimentos que julga merecer ajuda, sem influência de credo, raça, etc.

o mercado. Aos poucos, os membros da equipe pedagógica foram assumindo os cargos da diretoria. O mesmo processo ocorreu nas entidades de Comunicação, de Conselho de Moradores, enfim, naquelas entidades que realizavam trabalhos populares.

Como consequência dessa modificação institucional foi dado um segundo passo na estrutura do CTC, a substituição dos cursos "femininos" por outros, endereçados diretamente à formação de trabalhadores ligados à área da indústria metalúrgica, como os de Solda Elétrica, Serralharia e Eletricidade. Muitas vezes, aqueles cursos "femininos" eram frequentados por patroas e suas empregadas domésticas, o que fugia do objetivo do projeto de seus fundadores, de construção de um espaço educacional dirigido à conscientização política da classe operária. Nos anos setenta, foram criados outros cursos: Eletrônica Industrial, Caldeiraria, Ajustagem Mecânica e, em seguida, Pneumática. Foi preciso construir, no pátio, um galpão para se instalar o curso de Eletricidade. Além de Neilan, outros monitores prestavam serviço docente, como Carlucio Castanha Junior, José Lins e Chico Serralheiro.

Segundo Sebastião Lopes Neto,

"O CTC é herdeiro da tradição popular no Nordeste, dos exilados, que tentavam ajudar quem estava aqui dentro e quem organizava a resistência interna. Isso foi mudando ao longo do tempo. O que o CTC conseguiu fazer brilhantemente foi, primeiro, manter uma equipe estável. Manteve essa equipe com princípios. Dentro desses princípios eles conseguiram criar uma espécie de metodologia da relação com o aluno e com uma certa cumplicidade com o ex-aluno. Então, essa coisa deles, do aluno ser indicado pelo ex-aluno, de ex-alunos serem instrutores, de alguma forma, pelo CTC. "

Quando os militantes passaram a assumir também cargos na diretoria, aquela "conscientização com profissionalização" desejada desde o tempo do MEB passou a envolver trabalhadores metalúrgicos que alcançaram projeção no meio sindical, conforme continua Sebastião Lopes Neto:

"O CTC, não intencionalmente, mas dele resultou praticamente as diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos. Era um ambiente muito progressista. Eles pegavam os trabalhadores sem qualificação e esses trabalhadores despontavam pela sua visão crítica, pela sua capacidade e tal, em lideranças que foram... E nisso têm uma relação, eu diria assim, muito, não é nem espontânea, muito positiva familiarmente. Não é que seja assim, que ninguém sabe o que está acontecendo. As pessoas sabem, acompanham, mas o CTC nunca fez disso um projeto político. O projeto político deles é um projeto político-pedagógico muito forte. Então, eles nunca pegaram dinheiro do caixa para salvar uma oposição. O projeto deles é um projeto, quer dizer, eles tiveram a grande capacidade de dizer que o projeto político-pedagógico em si é importante. Não que eles

ignorassem as lutas, as greves, a resistência, nada disso. Eles têm uma relação excelente com o Conselho da Criança e do Adolescente. Fizeram trabalhos com adolescente na região, trabalham com a favela, trabalham com as mulheres, com as meninas, trabalham com metalúrgicos desempregados... Conseguem fazer com que esse cara não se evada do curso, quer dizer, eles têm uma metodologia adaptada à cultura daquele povo... Então, você vê no CTC numa sala superlotada de gente, sem cara de escola, mas são excelentes caras em Eletrônica ou em Pneumática, ou em Mecânica ou em Serralheiria. Sempre tiveram uma pontinha de auto-sustentação, com uma serralheiria lá de esquadrias de madeira. Quer dizer, é uma escola assim que tem a alma da resistência que se desenvolveu em Pernambuco, da esquerda e tal, tem uma certa tendência comunitária, porque está inserida num lugar muito pobre, nos Coelhos, está ligada à vanguarda política do Estado e da cidade, particularmente.

Aquela “conscientização com profissionalização” objetivada pelo MEB pôde ser concretizada no momento em que os militantes conseguiram participar tanto da equipe pedagógica, como dos cargos da diretoria. Com essa unificação o CTC passou a envolver trabalhadores metalúrgicos que alcançaram projeção no meio sindical e até na política-partidária, quando muitos deles chegaram aos poderes executivo e legislativo de Pernambuco.

3.2. MANUTENÇÃO DA ENTIDADE

A situação financeira era, desde os primeiros tempos, muito difícil. Na década de sessenta, os monitores até chegaram a abrir mão de um mês de seu salário para que se realizasse uma compra da madeira necessária à produção. Por intermédio dos projetos endossados por D. Helder chegavam os poucos recursos externos, vindos de entidades católicas européias. Na década de setenta, visando à formação profissional dos trabalhadores da indústria, a coordenação técnica foi entregue a um especialista “de fora”, chamado o engenheiro Neilan Humberto Brito Spinelli, que tivera experiência em ensino profissionalizante em duas atividades patrocinadas pela Arquidiocese, ligadas à Construção Civil. A primeira, a “Operação Esperança”, realizava cerca de vinte cursos itinerantes, em seis especialidades, de três meses cada um, que “corriam” vários bairros do Recife. A segunda, com recursos vindos da organização católica francesa “Frères des Hommes”, no bairro do Coque, formou um grupo de eletricitistas autônomos que executava serviços em lojas e residências do bairro e fora dele. No CTC, Neilan começou desenvolvendo o curso de Desenho Técnico para os próprios monitores, de modo a fortalecer os seus conhecimentos básicos para o ensino voltado à indústria.

Para garantir a manutenção do CTC, entre 1974 e 1976 foram realizados cursos externos, atendendo a demandas de empresas, como a CESMEL e MICROLIT², que financiavam cursos para seus empregados desenvolverem conhecimentos técnicos, teóricos e práticos. Os cursos “externos” eram voltados, também, para trabalhadores do bairro interessados em se desenvolver profissionalmente. Entretanto, essa atividade não teve continuidade e nem deixou marcas profundas.

Até 1995, o CTC sempre recebeu auxílio de entidades internacionais estrangeiras. A partir do governo Collor, a situação mudou. A crise chegou e vários monitores diminuíram sua carga de trabalho, realizando outra atividade profissional durante o dia e dando aulas no CTC no período noturno, como voluntários. Conseguiu manter as máquinas, que, embora não sejam de última linha, são consideradas adequadas ao aprendizado e estão à disposição de todos os alunos. O Centro de Trabalho e Cultura recebe apoio financeiro de entidades de cooperação internacional, tais como: “HEKS” (entidade Suíça da Cooperação Internacional), “FATENOPFER” (Ação Quaresmal, entidade Suíça da Cooperação Internacional), “BROT FUR DIE” (Pão para o Mundo, entidade alemã de Cooperação Internacional) e “BRUCKE CECOTRET” (entidade Suíça de Cooperação Internacional). No Brasil, recebe verbas públicas na execução de projetos/convênios do Programa Capacitação Solidária, do FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador - e do COMDICA - Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (do Município do Recife). Também são fontes de renda os trabalhos realizados pela Gráfica e Serraria, os serviços prestados pela oficina de Eletrônica, bem como outros serviços. Os alunos não pagam pela educação recebida.

Há uns dois anos, com o dinheiro que “sobrava” da “caixinha da cozinha”, os alunos passaram a cooperar financeiramente, se bem que de forma modesta, para a compra do material de limpeza e didático (papel, cópias xerox, etc).

²GESMEL: indústria já extinta, de fabricação metalúrgica (pontes rolantes, estruturas metálicas, etc)
MICROLIT: até hoje fabrica as pilhas RAY-O-VAC

3.3. A EQUIPE DE TRABALHO

O CTC possui uma estrutura de gestão participativa, em que cinco equipes respondem pelo trabalho administrativo e pedagógico: Educação, Manutenção/Produção, Produção de Documentos, Administração e Coordenação. A Coordenação, composta por representantes de cada uma das equipes de trabalho, encaminha as questões cotidianas de caráter administrativo e burocrático do CTC. Quanto às questões de maior peso para a entidade, há necessidade do aval da Assembléia Geral, que pode ser convocada por qualquer um dos membros da entidade, aluno ou professor, os quais têm direito a um voto cada. Nessa Assembléia, os interessados devem saber argumentar para apresentar suas propostas; essas propostas podem ser de qualquer tipo, técnica, pedagógica, administrativa, etc. Periodicamente, as pessoas se revezam na representação das equipes, para que todos possam participar, inclusive, do gerenciamento da entidade.

Atualmente, a equipe de trabalho é constituída de 22 (vinte e dois) educadores, sendo 15 homens e 7 mulheres. Desse grupo, seis têm nível universitário, outros seis são de nível médio e os demais têm ou o Ensino Fundamental completo e/ou Ensino Médio incompleto. Desses 22 professores, nove são voluntários (não recebem remuneração por suas atividades) e os restantes, independente do nível de formação, recebem R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta Reais) por quatro horas diárias de trabalho. Esses monitores são trabalhadores, ex-alunos, que se acham desempregados ou que optaram por esse magistério, ou mesmo trabalhadores que acumulam o magistério com o seu outro turno de trabalho, atuando, principalmente, nas oficinas. Nem sempre esses profissionais, são diplomados por instituições acadêmicas.

O quadro de monitores foi sendo formado aos poucos. Fazia parte da proposta pedagógica o aproveitamento de ex-alunos, possuidores do conhecimento adquirido no curso, enquanto a equipe pedagógica fazia a orientação do ensino e promovia a educação geral desses monitores.

3.4. OS ALUNOS

Os alunos do Centro de Trabalho e Cultura são trabalhadores empregados, desempregados e/ou em vias de desemprego da Região Metropolitana do Recife. Os adultos têm a partir de 20 (vinte) anos e os adolescentes estão entre 14 (quatorze) e 19 (dezenove) anos de idade. Não se exige nível especial da escola formal, apenas que o candidato tenha os conhecimentos necessários para freqüentar o curso desejado. Os adolescentes, de modo geral, encontram-se matriculados também na escola formal, em horário diferente do freqüentado no CTC; na sua maioria, já completaram o Ensino Fundamental. Os adultos possuem, geralmente, o Nível Fundamental e o Ensino Médio incompleto. São raros os que têm o Nível Médio completo.

O aluno do noturno é um trabalhador da indústria que está ou já passou pela indústria, freqüentemente é um auxiliar, que mora na periferia de Recife, *“que leva uma hora de ônibus para o emprego, mais outra para vir estudar e outra hora, ainda, para voltar para casa, dormindo durante o ano de estudo umas cinco horas por noite”*, nos diz Neilan Spinelli.

O aluno deve ter 90% de presença em cada uma das disciplinas, quer técnicas ou de Cidadania; caso não consiga, pode cumprir as horas em falta no ano seguinte, ao ser aceito pela turma da classe, a quem ele se dirige e pede licença para completar o curso. A Assembléia já teve que rever a porcentagem de faltas, mantendo esses 10%, e considerar a presença às aulas de formação política obrigatória e importante por especial, isto é, trata de assuntos de que escolas comuns não se ocupam. Os adolescentes, na sua maioria, são filhos de ex-alunos, filhos de trabalhadores e seus amigos de bairro.

Não há propaganda do CTC. Os que o procuram já ouviram falar dele na fábrica, na família, enfim, trata-se de uma “propaganda boca-a-boca”. É muito comum um ex-aluno falar do CTC no trabalho e, além dos indicados, aparecem outros que ouviram os comentários.

A seleção é um processo que obedece a alguns critérios. Cada turma é composta de vinte alunos. Atualmente, são 240 alunos, 120 adultos e outros 120 adolescentes, sendo 70% do sexo masculino e 30% do sexo feminino.

3.5. O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Quanto ao processo ensino-aprendizagem, o CTC opta pelo caminho da pesquisa, da discussão. Cada professor tem consigo não só o Diário de Classe do ano, mas o do ano anterior também, para que não perca as discussões e possa acrescentar novidades debatidas. Os feriados e demais dias apontados pelo calendário escolar são referendados pela classe, que observa se o programa permite ou não qualquer parada.

O documento "Criando o Saber" (1987), feito pelo grupo de monitores do CTC - Centro de Trabalho e Cultura, do Recife, apresenta seus objetivos pedagógicos e as atitudes educativas a serem desenvolvidos pelos futuros profissionais, tais como:

- realização de uma formação profissional que incentive o trabalhador a raciocinar e que, tanto quanto possível, o ajude a dominar, de maneira prática e teórica, a ciência que existe em sua profissão. Por exemplo, a Matemática, a Física, a Técnica dos Desenhos Mecânicos, etc. Desmistificar a superioridade do saber dos técnicos;
- através de atividades realizadas, desde as aulas até as assembléias, festas, lanches, debates, etc, criar espaços onde os trabalhadores exerçam coletivamente o poder e desenvolvam, no Centro, a sua autonomia, a solidariedade, a confiança em si e nos companheiros, a participação democrática nas decisões;
- incentivar discussões, tanto de ordem pessoal como do ambiente de fábrica, do sindicato, da família ou mesmo de qualquer atividade do Centro, dentro de uma perspectiva que ajude os alunos a compreenderem como se desenvolveu e como se desenvolve a exploração e dominação na atual sociedade, e a entenderem a responsabilidade que cada um tem na transformação dessa sociedade. Tenta-se mostrar a importância do trabalhador como agente, e não como "burro de carga" ou como "escravo" do trabalho.

A meta a ser alcançada é a "autonomia intelectual do trabalhador", por uma proposta de ensino que leve o aluno a se apropriar do conhecimento e da autogestão na organização de todas as atividades da escola. A metodologia, apoiada em Paulo Freire³, parte do princípio de que o homem é um "ser pensante, capaz de criar". Na sala de aula, o professor nunca fornece a resposta pronta e acabada. O curso de Eletricidade Industrial, por exemplo, começa com a

³O método Paulo Freire de educação/alfabetização de adultos supõe o aluno como sujeito do processo de construção do conhecimento, e que o ensino/aprendizagem deve se desenvolver a partir da realidade desse aluno-trabalhador, isto é, do saber por ele acumulado. In Ana Maria Araújo Freire "A Voz da Esposa", 1999.

pergunta do professor: - o que é Eletricidade? Todo monitor usa a lousa como "caderno coletivo", isto é, o local onde a síntese colocada é criada pela classe e onde a turma compõe a conclusão do saber então buscado.

A esse respeito, as considerações de Carlucio Castanha Junior são muito importantes. Ele nos explica como se praticava a metodologia do "Saber Aprender":

"O CTC fez um negócio fabuloso em termos da construção coletiva do saber. É preciso ter muita paciência, porque a escola conseguiu criar um ambiente, cujas características foram sendo passadas aos alunos, de ex-alunos para alunos, entende? A idéia que se enraizou é de que ali é um lugar onde as pessoas todas estão voltadas para a construção do saber, e essa construção é coletiva. Ele é indicado por um ex-aluno. No primeiro dia, o aluno já chega aberto e receptivo para passar um ano fazendo um processo da construção coletiva do saber, não é? Ele introjeta isso, ele sabe que o monitor não sabe tudo e depende do conhecimento que traz, do conhecimento que ele próprio constrói, que ele exercita coletivamente na sala, fora da sala, no ambiente do lanche, é uma coisa muito interessante. Mas é preciso muita paciência. Tinha momentos quando eu estava diretamente envolvido com aquela aula, quando era minha aula, por exemplo, dava uma agonia muito grande de você ver depois de 20 minutos de discussão, discussão exaustiva e tal sobre uma determinada matéria, um esquema elétrico, aí você vê o esquema correto ser colocado na lousa pelos alunos e na discussão, na dúvida, esse monitor não fazer nenhuma questão desse esquema ser apagado, entende? A solução do problema já estava na lousa, mas ali foi construído coletivamente, é um problema pesado, de 20 minutos de discussão, a solução do problema, tudo Matemática, a solução está na lousa, toda, não é, mas num questionamento, na dúvida, aquela lousa é completamente apagada, depois de 20 minutos de construção e solução, aquilo é apagado porque ainda não estava consolidado coletivamente de que aquela era a resposta, que aquela era a solução do problema. Então isso é uma coisa difícil para quem foi formado na escola tradicional, e que está louco pelo tempo e tal, não pode dizer então, que aqui vocês acertaram, então espera aí, está aqui o problema, então está certo, essa é a equação, vocês acabaram de resolver. Mas, você precisa ter uma paciência muito grande para não fazer isso, não interferir, pelo contrário, interferir no sentido de que coletivamente aos 20, 23 companheiros que estão naquela sala estejam, assim, muito firmes, com todos os passos que foram dados para construir aquilo, que aquela é a solução do problema. Se isso não estiver acontecendo, então, no limite, a lousa é apagada para construir tudo de novo, até para depois a gente dizer que já tinha sido feito assim, mas alguém questionou e vocês não defenderam com firmeza o que vocês tinham construído, vocês estavam em dúvida, por isso que se apagou. [...] A metodologia de ensino procura desenvolver uma forma de aprendizado que se baseia na valorização da participação do aluno e não só no avanço do seu conhecimento em classe, mas a sua participação no processo de decisões do CTC, para que o aluno viva, no aqui e agora, um outro tipo de relações social."

A atividade educacional envolve outro espaço além do tradicional reduto de aprendizagem, que é a sala-de-aula, pois, como nos diz Clara Lúcia Santana de Siqueira, ex-professora do CTC: "os alunos são responsáveis pela gestão da cozinha, da farmácia, da limpeza, de todos os espaços utilizados coletivamente, das festas, até da caixinha da solidariedade, que fica na sala de aula" Essas atividades são administradas por alunos escolhidos por seus pares. A

limpeza das salas, dos banheiros e da cozinha é realizada por alunos escolhidos pelas suas respectivas turmas, em forma de rodízio. Para os alunos, a experiência de participação começa no seu primeiro dia de aula, quando indicam seus representantes de sala, fazem as escalas para o rodízio na limpeza das salas de aula, dos banheiros e refeitório. Os alunos participam, inclusive, desde o início das aulas, contribuindo cada qual com uma quantia estabelecida (atualmente, R\$10,00) para que se compre o material necessário. Com ajuda da cozinheira, esta sim, funcionária do CTC, os alunos fazem o cardápio, as compras de mantimentos e devolvem o "empréstimo" dado pelo CTC para os primeiros dias. Durante as refeições, que chamam de lanche, são colocados os pratos em uma mesa com o preço unitário de cada alimento (uma colher de arroz é tanto, de feijão é tanto, etc.). Cada um, aluno ou monitor, faz seu prato e coloca na "caixa" a quantia de dinheiro do que retirou. Se algum deles tiver dificuldade para pagar a refeição, pode recorrer à "caixa da solidariedade" da classe, e depois faz o acerto; cabe a ele próprio fazer o seu troco. A equipe da cozinha faz as contas, observa se há lucro ou déficit e toma as providências de abaixar os preços quando há lucro e de aumentá-los quando há déficit. Isso tem funcionado sempre, proporcionando muito orgulho a todos os alunos, pois é "uma prova viva da capacidade de se gerenciar em grupo". A dinâmica do proceder cotidiano é sempre renovada. Os alunos que tentam "tapear" a ordem estabelecida recebem admoestação dos próprios colegas. No final do ano, caso tenha sobrado qualquer dinheiro, a quantia é dividida pelo número de alunos e deve ser gasto em grupo; e, ultimamente, a quantia da "sobra" é revertida na compra de material necessário aos cursos do CTC - Centro de Trabalho e Cultura, do Recife.

3.6. OS CURSOS

Ao lado dos cursos de Eletricidade, Eletrônica Industrial, Caldearia, Pneumática, etc., que vieram substituir os cursos "femininos" de caráter assistencialista, freqüentado, na sua maioria, por homens, foi criado, na década de noventa, o curso de "Escritório Informatizado", oferecido ao público feminino.

Até a década de 1980, realizaram-se atividades com adolescentes, que não eram filhos de trabalhadores, mas meninos de rua. A partir dessa época foi construído outro galpão no pátio para abrigar os cursos a serem desenvolvidos também no período da tarde. Inicialmente, surgiram os cursos Pré-Profissionalizantes, hoje chamados de Iniciação Profissional, em que o

jovem com menos de 14 anos, não aprende especificamente uma profissão, mas se apropria de conhecimentos que podem introduzi-lo em determinado fazer profissional, no qual irá especializar-se futuramente, e que podem ajudá-lo a entrar no mercado quando tiver os 16 anos exigidos pela Lei. O trabalho com os adolescentes foi realizado em conjunto com o "MNMMR" - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Posteriormente, em 1993, organizou-se o curso de "Educação de Base", com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores acesso ao ensino fundamental. Na década de noventa, no governo Fernando Henrique Cardoso, aproveitando-se dos recursos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, no Plano Nacional de Formação – PLANFOR e nos Planos Estaduais de Qualificação/PEQ, e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a escola passou a desenvolver os seguintes cursos profissionalizantes para os adultos: Eletrônica Industrial, Ajustagem Mecânica, Pneumática/Hidráulica Industrial e Escritório Informatizado. Para os adolescentes, foram oferecidos os cursos: Iniciação Profissional, Eletricidade Industrial Básica, Mecânica Industrial Básica, Artes Gráficas, Refrigeração e Escritório Informatizado. Nessa oportunidade, foi criado o curso de "Educação para a Cidadania", integrado aos demais cursos oferecidos a todos os estudantes, com o propósito de discutir temas ligados à História, sexualidade, saúde, educação, trabalho feminino, etc. Outras atividades culturais também constam do Currículo, como Artes Cênicas, Artes Plásticas, Leitura e Dança Popular, como forma de se vivenciar a arte. A duração dos cursos é de um ano, à tarde, para os adolescentes e, à noite, para os adultos. A carga horária de cada curso é de 660 horas, isto é, de três horas diárias, cinco vezes por semana.

Outra especificidade do CTC, segundo Neilan Spinelli, é que *“não têm disciplinas ou séries. formam um conjunto onde as “disciplinas” vão sendo estudadas a partir das necessidades do programa. Por exemplo, estudamos frações quando surge a necessidade de se usar frações na técnica).”*

Após finalizarem os cursos, os alunos que desejarem retornar ao CTC só podem fazê-lo depois de ter, pelo menos, um ano de trabalho na profissão em que se especializaram. Isso foi proposto a partir do pressuposto de que *“é na própria vivência profissional que cada um se torna um profissional mais seguro”*, conhece as dificuldades que precisa vencer, podendo, pois, buscar outro curso complementar.

Atualmente os cursos são os seguintes:

1. voltados para os Adultos:

- Eletricidade Industrial
- Eletrônica Industrial
- Escritório Informatizado
- Pneumática/Hidráulica Industrial
- Ajustagem Mecânica
-

2. voltados para Adolescentes:

- Iniciação Profissional
- Artes Gráficas
- Eletricidade Industrial Básica
- Mecânica Industrial
- Refrigeração
- Escritório Informatizado

3. Oficinas Culturais:

- Artes Plásticas
- Artes Cênicas
- Dança Popular
- Leitura

Informática

CAPITULO QUATRO
CADTS – CENTRO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
TÉCNICO-SOCIAL

4.1. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

O Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico-Social - CADTS – é uma instituição criada a partir das atividades de trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro, ainda na década de setenta. O início da história do CADTS nos foi relatada por um de seus fundadores, Francisco Lara, formado em Filosofia, em Belo Horizonte, e metalúrgico (desenhista, técnico-mecânico) como profissional, que veio de Contagem (MG) para o Rio de Janeiro, em 1971, como muitos militantes perseguidos pelos órgãos da repressão. No Rio participou de um movimento católico que visava à transformação social, chamado FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, até 1975. Nesse ano, os trabalhadores de uma fábrica de oxigênio - Whitte Martins - da Avenida Brasil, iniciaram uma atividade educacional que foi responsável pela criação de vários movimentos entre os operários do Rio de Janeiro, sendo, inclusive o embrião do CADTS. Segundo Lara, as iniciativas de formação surgiram como respostas às mudanças implementadas na produção, isto é, com a substituição, na empresa, dos tornos mecânicos pelos automáticos. Com as inovações, tornou-se necessário apenas,

“o controlador de qualidade no final da linha e o outro técnico, que preparava os tornos no começo da linha. Eles mandaram todo o mundo embora e ficaram só com os operadores de máquinas. [...] Foi uma primeira modificação na linha de produção, nos equipamentos para serem usados na questão do gás. [...] Ai os meninos não sabiam nada, eles eram simples operadores de máquinas e perguntavam muito ao técnico como eram as coisas. O técnico disse: se vocês quiserem, na hora da janta a gente se junta e começa a estudar. E, de fato, eles começaram a estudar: no jantar, comiam rápido na turma da noite, e começavam estudar e tirar as dúvidas e esclarecer as dificuldades.”

Os empresários não aceitaram essa movimentação de seus trabalhadores dentro da indústria, essa tática de formação de grupos para se qualificarem (ou re-qualificarem), com “politização”. Para eles, a tarefa de qualificar profissionalmente cabia ao SENAI. Para os trabalhadores, entretanto, a oportunidade favorecia o trabalho da militância, como, alias, explica Francisco Lara: *“Esse rapaz (o técnico) tinha muita criatividade, tinha sido preso e estava procurando um jeito de poder desenvolver um trabalho na fábrica sem se expor. Ele percebeu que dava, a partir daí, para você fazer uma pesquisa, dava para você desenvolver o pessoal, analisar as condições da fábrica, qual era o papel deles.”*

De fato, a necessidade de emprego era uma forte motivação. Se o patrão não deixava que se reunissem dentro da empresa, era preciso buscar outro local. No Rio de Janeiro, esse pessoal da “Whitte Martins” não se dispersou. Segundo, ainda Francisco Lara:

“Eles foram procurar algum lugar onde poderiam se encontrar, pelo menos, no sábado. A gente encontrou uma Igreja na Diocese de Nova Iguaçu, em São João de Meriti, onde o Bispo, D. Adriano Hipólito, cedeu um lugar para nos reunirmos aos sábados. Então, durante muitos anos, a gente se reunia todo o sábado para fazer esse estudo comum e aí planejava as tarefas da semana de diversas qualidades e tipos, desde desenvolver discussões, atividades, campanhas nos bairros, até processos, sejam de pesquisa de movimentos, de estudos na própria fábrica, junto com companheiros. Vinha gente de várias fábricas do Rio de Janeiro. Então foi um tempo de muita criatividade e de muito companheirismo. Isso em 1974, 75, 76, 77 e 78”.

Inicialmente, essa instituição de ensino recebeu o nome de CUAP - Centro União e Aprendizagem de Profissionais e acabou tendo outros desdobramentos. Por exemplo, em Caxias, onde surgiu um Curso Supletivo em convênio com o curso noturno do Colégio Santo Inácio, dos Jesuítas do Rio de Janeiro, que reunia trabalhadores do Grande Rio para o Supletivo de 1º grau e que poderia até ter o 2º grau, também existente no Santo Inácio. O CUAP atraiu também grupos de postura agressiva, que faziam encaminhamentos bem diferentes do grupo dos metalúrgicos de Francisco Lara. Houve o rompimento e, no dizer de Francisco Lara,

“a gente preferiu um outro tipo de trabalho, pelo qual a gente desenvolvia aquilo que existia antes da criação do CUAP. Fomos até as proximidades das fábricas, localizamos alguns pontos onde o pessoal se encontrava depois do trabalho. Ai, então, criou-se o costume de toda noite os trabalhadores passarem lá para ter aula, estudar, fazer um lanche junto, ter um papo sobre o andamento das coisas e tal. Em 1979 foi um momento de bastante agitação, de muito movimento, o momento das greves... [...] Foi um momento de muita lida, muito rico, cheio de muito assunto, muita coisa, em que se estuda, faz política, e que fazer política é estudar, as coisas estão juntas. [...] Havia um ponto de encontro em Guadalupe, área da Avenida Brasil, um ponto de encontro na Penha, outro em Higienópolis, perto de Bom Sucesso, enfim, havia vários locais para esses encontros”

No Rio de Janeiro, não foi somente no meio urbano que os trabalhadores se aglutinaram e buscaram a sua maneira própria de reagir à ditadura. No meio rural também houve mobilização. Em dado momento, esses militantes metalúrgicos urbanos, agora instalados em São João do Meriti, encontraram-se com os do meio rural. Conforme testemunha Francisco Lara:

“É o momento também em que no campo, lá na roça, os agricultores começam a ocupar terras, aqui, no Rio. Você tinha um grupo bastante forte no interior, porque no Rio de Janeiro, é bom que se diga, aqui na Baixada Fluminense, foi o único lugar onde houve uma resistência armada à Revolução de 64, ao golpe militar. [...] Agricultores ocuparam as terras e o Exército levou aí uns três ou quatro meses para poder expulsá-los das terras que eles tinham ocupado e declarado território livre. Esse pessoal do meio rural, passado o período difícil se recompôs num núcleo bastante forte; ele dava apoio às greves da FIAT, para o fundo de greve, com alimentos e tal. [...] Nessa época, passamos a acompanhar esses agricultores em vários afazeres, a participar de mutirões com eles, a trabalhar na roça junto com eles, fazer colheitas e muitas vezes eles vinham visitar a gente e traziam produtos da terra. [...] Como trabalhávamos com eles, viamos a necessidade de certas ferramentas e chegamos a desenvolver algumas delas. Com o aumento do desemprego no meio urbano, ficou caro para o pessoal, sobretudo para os desempregados, ir ao encontro diário naqueles núcleos de aprendizagem. Foi quando, a gente, então, em 82, 83, resolveu fazer um projeto um pouco mais ambicioso de ampliar a oficina e se localizar num bairro que tivesse uma boa afluência de gente da Baixada Fluminense. Resolvemos nos localizar em São Mateus, e, com o apoio da Igreja Católica, principalmente de D. Mauro Morelli, a gente fez o CAT - Centro de Apoio Técnico de Trabalhadores. Com outros grupos de trabalhadores da Baixada, criamos o CADTS - Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico-Social, que teve seus primeiros projetos em 82 e 83. Em 84 o CAT começou a funcionar, mas ainda só com algumas turmas. Nessa época, o CADTS recebeu a visita de um pessoal do Nordeste que trouxe consigo um projeto desenvolvido pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), de um pesquisador francês na África, de um equipamento chamado "policultor", que eram arados, enxadinhas, e outros equipamentos agregados, enfim, equipamentos para a agricultura. Ora, lá no Ceará havia uma fábrica que já fazia esse equipamento, mas as oficinas do CADTS podiam também produzi-lo. Decidiu-se que os cursos desse novo centro de aprendizagem iriam fazer equipamentos, quer dizer, você, ao mesmo tempo em que aprendia, fazia as ferramentas, pois as próprias ferramentas eram motivo de discussão da situação do trabalhador, da questão da agricultura, e poderia ser um instrumento de solidariedade efetiva entre trabalhadores”.

Anos atrás, em 1979, havia ocorrido um encontro com a pedagoga Beatriz Costa, formada pela PUC do Rio de Janeiro, que, desde a década de cinquenta, estava comprometida com Movimentos Sociais e Populares que se desenvolviam no Rio de Janeiro. Ela também participou da SETER - Sociedade de Escolas Tele-Radiofônicas - do então Distrito Federal, que foi fechado em 1964, pondo fim a esse trabalho de alfabetização pelo rádio, com recepção organizada em vários bairros e subúrbios do Rio. Suas atividades continuaram no NOVA : Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação, fundada em 1973, voltado para a educação popular. A assessoria do NOVA no CTC - Centro de Trabalho e Cultura - do Recife, e em escolas na Bahia, Beatriz Costa se encontrou com o grupo de Francisco Lara e, conseqüentemente, com os demais grupos que desenvolviam o ensino profissionalizante voltado para os trabalhadores. Eles estiveram juntos no surgimento do CADTS e na realização dos diversos seminários das Escolas de Trabalhadores de 1980 a 1983, no Rio de Janeiro, em

São Paulo, Belo Horizonte, Recife. Beatriz Costa foi um dos pilares da fundação e membro atuante da secretaria do CET - Conselho de Escolas de Trabalhadores. Francisco Lara além de participar de atividades promovidas pelo CADTS, atualmente dirige uma ONG, denominada CAPINA¹ – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa, que também acolhe a Secretaria-Geral do CET – Conselho de Escolas de Trabalhadores.² Encaminhados por D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, os militantes metalúrgicos do Rio de Janeiro instalaram-se na Paróquia de São Mateus, Diocese de Duque de Caxias, em São João do Meriti, cidade do Grande Rio de Janeiro, o segundo município brasileiro de maior densidade demográfica (mais de 700 mil habitantes por Km², onde havia um pároco, padre francês, Paul Jean Guerry. O padre Paulo, que também sonhava em ter uma escola profissionalizante em sua paróquia, organizou a “ASPA” - Ação Social Paulo VI, entidade à qual juridicamente se integrou. Tratava-se de uma entidade não lucrativa voltada à educação cidadã e profissional de jovens e adultos, homens e mulheres trabalhadores e/ou filhos de trabalhadores, da Baixada Fluminense, visando a reforçar a luta pela inclusão social, pelos direitos humanos, pela vida e pela cidadania. Espera-se desses alunos uma atuação digna como agentes capazes de se sustentarem por seu próprio trabalho, como empregado ou autônomo, bem como pessoas capazes de se responsabilizarem pessoal e socialmente por uma ação transformadora dessa mesma sociedade.

Atuando desde 1984, o CADTS tem oferecido cursos que se direcionam para a inserção de seus alunos tanto nos postos oferecidos pelo mercado de trabalho formal, como também em novos empreendimentos de caráter associativo, organizados por entidades com as quais se relaciona e que desenvolvem ações cooperativas, possíveis de serem realizadas num centro tão importante como o Grande Rio de Janeiro.

Nos primeiros tempos, desenvolveu um projeto de aprendizagem baseado na produção de equipamentos agrícolas para a organização da agricultura familiar, que culminou com a

¹ CAPINA – ONG- Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. Rio de Janeiro

² O sindicalista Sebastião Oliveira Neto assim caracterizou o “CAPINA: “O que é o CAPINA? Essa história não pode ser contada sem o CAPINA. O CAPINA, durante todos esses anos, com idas e vindas, altos e baixos das escolas, o CAPINA é uma espécie de ilha segura, que tinha pessoas com capacidade de elaboração como o Xico Lara, que se cercou às vezes por pessoas da academia, e com algumas idéias matrizes de origem muito filosófica, muito autonomista, muito contestatórias, mas também muito de origem cristã, não católico, no sentido cristão mesmo, na área da solidariedade, na área da igualdade, e com uma espécie de uma fé cega na possibilidade de criar bolsões de resistência, de elaboração, de reflexão dos valores chamados necessários para a libertação da classe trabalhadora”.

criação e consolidação da APAC - Associação de Produtores Autônomos da Cidade e do Campo, como oficina de produção desses equipamentos, cuja duração se estendeu até o governo Collor fazer o confisco financeiro nacional, dificultando o desenvolvimento de muitas iniciativas populares. A partir de 1934, vem atuando nas áreas Elétrica e Mecânica e, mais recentemente, nas de Eletrônica, Pneumática, Informática e Administração.

Em seu depoimento, o sindicalista Sebastião Oliveira Lopes Neto faz importante observação sobre a ligação dessa escola com o CAPINA e com a militância rural, que merecem ser apresentadas na íntegra:

“A História do CADTS não pode ser dissociada da História do CAPINA. Esse pessoal fez experiências de formação de trabalhadores, assim, numa visão muito pouco sindical, porque eles acham que o sindicalismo é uma espécie de um quase mal necessário. Para eles, o que importa nas pessoas é terem uma participação, digamos assim, o que hoje chamamos uma participação cidadã ativa. Isso implicava valores, hábitos, posturas, mais do que uma atitude política sindical. Nesse sentido, eles são mais, filosoficamente, até mais puros ou mais elaborados que o CTC. Eles tentaram todas as formas de intervenção. Em relação à cultura popular na região, o Capina fez gravação de CDs e tal para divulgar a cultura popular. E eles tentaram uma coisa muito interessante, que foi a produção de implementos agrícolas, não é? A infelicidade é que não havia um amadurecimento como há hoje no Movimento dos Sem Terra ou em outros movimentos, mas eles foram pioneiros nisso, quer dizer, criaram um empreendimento no sentido de estabelecer uma ligação campo-cidade, que é uma idéia muito cara aos revolucionários, uma idéia necessária no ponto de vista de concepção revolucionária. Eles mantiveram equipes oriundas dos trabalhadores, alunos que viraram monitores. Quer dizer, eles deram sustentação político-pedagógica e filosófica a essa pessoa, na sua formação: depois, eles passaram a responsabilidade da gestão para essa pessoa. Então, nesse sentido, há muito mais identidade entre CADTS/ CTC, do que com a equipe do CEEP.”

4. 2. A MANUTENÇÃO DO CADTS

Os cursos não são pagos. Entretanto, cada aluno oferece uma contribuição de R\$ 3,00 (três Reais) mensais. Essa contribuição foi definida em Assembléia Geral, que julgou necessária, porque os projetos que financiam o CADTS não cobrem despesas com material para ensino - xerox, papel para fazer as provas, contas de luz, etc.

Os monitores são pagos. A equipe achou necessário que houvesse profissionais inteiramente envolvidos nas atividades educacionais, já que a prática havia ensinado que o monitor voluntário realiza horário de acordo com a sua disponibilidade e não aquele necessário à escola.

Uma parte da equipe é fixa, composta de seis monitores com quarenta horas semanais e um com apenas um dia semanal. Outra parte é móvel, trata-se de um número pequeno de monitores, reúne de três a quatro pessoas, até seis, dependendo do número de turmas de iniciação, que é contratado por um semestre. Cada monitor ou membro da Administração recebe o salário mensal de R\$ 739,00 (setecentos e trinta e nove Reais), por quarenta horas semanais, enquanto os monitores que trabalham por vinte horas recebem a metade desse salário; uma monitora trabalha somente uma vez por semana, recebendo 1/5 desse salário, mais os encargos.³

Integrantes da Administração (coletiva) da escola, apontaram a existência de um fundo em que as pessoas contribuem; até ex-alunos e ex-professores do CADTS e alguns admiradores do trabalho o fazem. Uma das monitoras informou que, no ano de 1999, conseguiram-se R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de contribuição.⁴

No decorrer dos seus 15 anos, o CADTS recebeu auxílio financeiro de diversas ONG's internacionais, tais como: a instituição luterana alemã "Brot Fur Dier Welt" ou "Pão Para O Mundo", a DED-Serviço de Cooperação da Alemanha, MISERICOR – Bispos Católicos da Alemanha, "Desenvolvimento e Paz", do Canadá, "Cebemo/Bilance", atual CORDAID-Agência de Cooperação de Católicos da Holanda, "Secour Catholiques", da França, MLA - Movimento Leigo Para a América-Latina - de leigos católicos da Itália e "CEI" - Conferência Episcopal Italiana, da Itália. No país, o CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social, ligada à CNBB, a FASE – Federação de Órgão Para Assistência Social e Educacional, a CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, de Evangélicos, e a Comunidade Solidária. Atualmente, o CADTS mantém uma parceria, com o "Pão Para o Mundo", de Stuttgart, com um projeto que garante a quantia de US\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos dólares) anuais por três anos, 1998, 1999 e 2000, portanto o atual projeto alcança o total de US\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil dólares).

³ Os dados e valores obtidos são relativos ao ano 2000.

⁴ Agradecemos essas informações às monitoras do CADTS: Marli da Silva Paulo e Ana Cândida da Silva Gomes.

4.3 A EQUIPE DE TRABALHO

A direção do CADTS é constituída por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e a Coordenação. O Conselho de Administração é composto de sete membros, sendo três representantes da comunidade, três representantes do corpo de colaboradores do Centro e um representante da entidade matriz. O Conselho Fiscal compõe-se de três representantes da comunidade.

A Coordenação é exercida por dois membros da equipe de trabalho, por ela escolhidos. À Coordenação cabe, como instância de execução da entidade, preservar e aprofundar o processo de autogestão característico do CADTS. A equipe de trabalho, composta pelo grupo de monitores, de caráter interdisciplinar, em regime de autogestão, é responsável por todas as tarefas da entidade. Ainda existe um corpo de colaboradores que acompanha os trabalhos da instituição.

Desde seu início, o CADTS estabeleceu uma direção colegiada, isto é, todos os monitores envolvidos na escola participam da escolha do grupo que, mensalmente, reveza-se na Coordenação Geral, havendo, portanto, a participação de todos na administração da escola. Dois dos monitores exercem a administração financeira, cuidando dos recebimentos e pagamentos, além de participarem das atividades de sala de aula. Esse cargo é exercido por todos, em forma de rodízio.

A parte pedagógica, propriamente dita, é realizada pelos monitores que são os seis das áreas específicas (também chamadas técnicas), que permanecem na escola trabalhando o ano todo, a chamada "equipe fixa". Os monitores da chamada "equipe móvel" trabalham somente com as turmas iniciantes durante o período que é chamado de "Iniciação", durante um semestre. Esses monitores são cinco ou seis, conforme o número de turmas que são formadas.

Uma das entrevistadas, estudante de Eletrônica no período noturno e monitora à tarde, relata essa fase inicial do aprendizado dos estudantes:

A gente começa ouvindo, aprendendo; para muitos é aprendendo, para outros, lembrando parte da Matemática, de Português, Biologia e outras coisas. Era parte da convivência com a sociedade, a gente aprende que todo o mundo tem direitos também, todo mundo tem defeitos...

Outra monitora, da Administração Geral, completa a explicação sobre esse período de iniciação: "tem monitor que não é contratado o ano todo para trabalhar, mas por seis meses; é o momento que tem mais gente, por isso é preciso contratar uma equipe móvel para acompanhar essas turmas novas".

Todas as normas da escola, administrativas ou pedagógicas são legitimadas por uma Assembléia Geral, que pode ser solicitada por aluno ou monitor quando houver assunto grave a ser tratado ou mesmo em caso de impasse entre os grupos. Ela é o fórum que estabelece as orientações de caráter filosófico e pedagógico, desde o conteúdo programático às normas disciplinares, de frequência, pontualidade, limpeza das instalações, enfim, normas que reflitam atitudes comuns estabelecidas pelo próprio grupo. A avaliação, o programa de cada curso e as reavaliações são objeto de discussão em sala de aula, com participação de monitores e alunos. Dessa forma, no dizer dos monitores, *"faz-se um exercício diário de vivência de democracia, solidariedade, responsabilidade individual e coletiva, construindo-se as relações de vida em toda a comunidade escolar"*.

4.4. OS ALUNGS

O público-alvo é constituído de adolescentes, jovens e adultos trabalhadores, homens e mulheres da Baixada Fluminense.

Ao caracterizar a população da escola, uma das monitoras, integrante da Administração Coletiva, relata que o aluno dos primórdios do CADTS,

"já tinha um trabalho na indústria e vinha buscar o aprendizado para ter uma profissão [...] hoje, grande parte das pessoas que procuram (o CADTS) não têm colocação na indústria, porque a indústria do Rio de Janeiro, no Brasil todo, mas no Rio de Janeiro especialmente, acabou, não é? Então, à medida que vão passando os anos, o perfil dos alunos se modifica, se está empregado, se é o primeiro emprego, se já teve a primeira experiência profissional... Mas, em geral, são pessoas dessa região da Baixada Fluminense, de São João, Nilópolis, do subúrbio do Rio de Janeiro, gente com baixa renda, baixa escolaridade e com poucas perspectivas. No início, os cursos de Eletrônica e Informática, o público era um pouco diferenciado, estava geralmente na escola ou tinha uma formação um pouco maior e também atraía mais homens".

O instrutor de Eletrônica (tarde e noite), define o perfil do adulto que procura o CADTS como o de

"pessoas que ainda não têm qualificação profissional definida em suas vidas, até têm um anseio de terem essa qualificação e terem uma resposta imediata [...] Eles procuram um curso que venha atender a essas necessidades. O que a gente tenta passar para eles (os alunos), tenta mostrar um pouco para eles, dentro das discussões, dentro do convívio, dentro da sala de aula, é justamente a questão que não adianta só investir no profissional, como profissional, mas investir como cidadão também, porque o profissional é o reflexo do mercado, mas se essa pessoa tem uma consciência política, se essa pessoa sabe desenvolver outras questões, ela vai ter visão e vai ter esclarecimento para poder utilizar diversas alternativas, pode ter alternativa".

Alguns exemplos mencionados mostram como todas as experiências vividas no CADTS são levados para a vida dos alunos. Um monitor fez questão de relatar uma delas:

“Um menino, que depois de uns anos que saiu daqui, ele era da Mecânica, ele voltou contando como é que os trabalhadores da fábrica onde ele estava trabalhando fizeram para ter um dinheiro para pagar a pericia de uma reclamação de insalubridade que eles estavam pagando [...] ele fez uso da experiência que ele viveu aqui dentro, o uso da caixinha gerenciada pelo conjunto; ele fez isso lá e conseguiram o dinheiro para pagar a pericia. A todo o momento está chegando ex-aluno contando o que está fazendo, o que está acontecendo. Muitas vezes, um trabalhador que a gente trabalhou junto numa fábrica vem aqui e fala: tem um menino assim, assim, que trabalhou com vocês, tá? Então, a gente vê essa diferença das pessoas que saem daqui de dentro”.

Os monitores também apontam as alterações que a vivência escolar proporciona até na vida familiar dos alunos, *“tem experiência de pessoas que modificaram até a relação familiar a partir do diálogo...”* Eles lembram que o CADTS motivou alguns alunos a prosseguirem nos estudos, como,

“aquele caso do Josinaldo, que encontrou um sociólogo lá em Cabo Frio fazendo uma pesquisa e num assunto sobre educação ele falou do CADTS, ele estudou no CADTS e foi o CADTS que incentivou-o a estudar. [...] fez faculdade, não é, ele não tinha escolaridade nenhuma quando entrou no CADTS, foi o CADTS que o despertou para o trabalho, para a escola. ele fez Sociologia e estava fazendo um trabalho comunitário profissional em Cabo Frio.”

O processo de seleção de alunos foi sendo modificado ao longo dos anos,

“Já houve uso de entrevistas para selecionar segundo o critério de renda familiar, ou de privilegiar os já empregados, e depois, de atender primeiro os desempregados, chegou-se, enfim, ao que hoje se considera a seleção adequada aos dias atuais. Quando abre a inscrição, a gente pede, no mínimo a quarta série. A gente passa por um processo no qual a gente tem quatro vindas à escola. Na primeira, a gente faz a apresentação da escola, o que é a escola, de onde vem, como surgiu, qual é a metodologia de ensino que vai ter aqui dentro, a questão do companheirismo, da solidariedade, fraternidade, não é, os debates que vamos ter, tudo aquilo que é de interesse dos trabalhadores, que a gente vai discutir aqui dentro. Nesse dia, é tratada a questão da assiduidade que é obrigatória nesse processo de seleção. Na segunda vinda, é passado um filme, que durante alguns anos tem sido o ‘Acorda Raimundo’, que trata da inversão dos papéis entre um casal, entre o homem e a mulher. E aí a gente faz a discussão sobre o filme, tá? A terceira vinda, é com o instrutor da área escolhida pelo candidato e, na quarta vinda aqui, é para se dar o resultado e já se tem o número adequado que a gente precisa. Aqueles que faltam a qualquer uma das quatro programações estão fora da seleção.”

A certificação que o CADTS emite tem “valor prático”, isto é, apesar de não ser reconhecido pelo MEC, o certificado emitido tem o seu valor reconhecido entre os trabalhadores e os empresários da região. Uma das monitoras explica:

“A aceitação dele é muito mais pelo trabalho das pessoas que saíram daqui. [...] Ele é formado no CADTS então é bem formado, tem uma boa qualificação profissional. Então o reconhecimento é feito a partir da vivência profissional dos aprendizes que saíram daqui, o que eles demonstraram no mercado de trabalho”.

Atualmente o CADTS possui o total de 141 alunos, sendo 69 no período da tarde (sendo 20 mulheres e 49 homens) e 72 no período noturno (sendo 24 mulheres e 48 homens).

4.5. O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico-Social, teve sempre presente a construção da educação cidadã de trabalhadores, visando especialmente a sua formação, como agentes empreendedores capazes de assumirem, com seu trabalho, a sua própria sustentação e de se responsabilizarem pessoal e coletivamente por uma ação transformadora da sociedade.

O monitor de Mecânica-Geral relembra a origem da escola, explicando :

“O CADTS surgiu quando os operários viram a necessidade de implementar os conhecimentos que eles tinham e não ficar presos à máquina. Eles perceberam que era necessário que desenvolvessem esses conhecimentos teóricos que eles trazem da indústria, porque se dependesse da indústria, do horário que eles tinham para trabalhar, eles só iam desenvolver aquilo que o patrão queria que fosse desenvolvido; [...] que, além de discutir conhecimentos que poderiam adquirir, também poderiam falar sobre as melhorias, benfeitorias das condições de trabalho. Tratava-se de uma escola, não como as de formação profissional da época, mas de educação profissional para trabalhadores que já estão dentro da fábrica, engajados dentro das fábricas, e seus filhos; uma formação profissional voltada para os interesses dos trabalhadores”.

Para realizar o processo de ensino-aprendizagem, os membros do CADTS estabeleceram alguns referenciais que devem orientar a postura profissional dos seus educadores. Em suas atividades, os monitores observam as seguintes premissas que norteiam as práticas educativas das escolas do Conselho de Escolas de Trabalhadores:

- Interação do pensamento com a ação.

- Integração e interação das diferentes áreas de conhecimento.
- Estudo baseado na “pesquisa dos porquês”, na desmistificação das fórmulas prontas, na teoria que começa e termina na prática, no fortalecimento da capacidade de se formularem perguntas e buscar respostas.
- Superação das relações autoritárias entre o professor (“dono do saber”) e aluno (“que nada sabe”), em favor de um processo no qual todos são participantes e pelo qual cada um é solidariamente responsável pelo estudo do outro.
- Incentivo ao senso crítico, à responsabilidade pessoal, à criatividade do trabalhador.
- Exercício diário do coletivo (trabalho em grupo e tomada de decisões); os aprendizes são convocados a participarem de um conjunto de ações que vão desde o compromisso/tarefa de capinar o pátio, fazer a faxina dos banheiros e salas, até a intervenção nas decisões de assembleia, em que são definidas as grandes linhas do trabalho e seus mecanismos de funcionamento e controle.
- Redescoberta da dignidade pessoal e humana do trabalho através do conhecimento da própria história do trabalho e da técnica.
- Interação entre várias instâncias e atividades (assembleias, grupos por turma, turmas por área de aprendizagem, tarefas, compromissos, representações, negociações, administração da cantina/cozinha, etc), por onde se processa uma dinâmica de participação.

CADTS trabalha considerando que as tecnologias são produtos de relações sociais determinadas e, por isso, não são neutras, mas vinculam-se a processos históricos de tomada de decisões econômicas, políticas e éticas, isto é, as tecnologias que configuram o nosso mundo real são uma questão básica de cidadania. Portanto, é preciso que se tenha sempre a percepção das possíveis vinculações no concreto da vida social e profissional. Por exemplo, ao se falar do ferro, saber dos processos de trabalho porque passou para chegar até nós, as condições de execução desse trabalho, nas minas, nas fundições, para que e para quem ele serve...

Diante dos constantes desafios do mundo contemporâneo, a equipe pedagógica do CADTS, formada por todos os monitores, empenha-se na atualização constante de seu projeto de trabalho procurando responder questões relacionadas ao mundo do trabalho, mundo do conhecimento e ao exercício da cidadania. Quanto ao mundo do trabalho, luta pelo fortalecimento das condições de sustentação pessoal e familiar, o que exige capacidade de inserção dos trabalhadores não somente nos postos disponíveis da empresa, mas também na geração e no esforço de outras modalidades de inserção: cooperativas, associações, oficinas autônomas, etc. O mundo do conhecimento exige um ponto de partida sólido e hábitos de estudo, leitura e aprendizagem continuada, considerando uma aberração, que parcelas enormes da população se encontrem excluídas do acesso, atual e virtual, aos conhecimentos básicos que garantem aos cidadãos a participação ativa e efetiva na sociedade. Finalmente, o exercício responsável da cidadania, significa a participação dos cidadãos trabalhadores na construção de uma cidadania mais humana.

Atualmente, o ensino administrado no CADTS tem novo perfil, pois os conhecimentos gerais são tratados com uma abordagem mais ampla, buscando-se consolidar um conjunto de conhecimentos fundamentais para o entendimento das principais questões apresentadas pelo mundo contemporâneo.

A qualificação profissional, entendida como síntese de conhecimentos e habilidades nos diversos ramos profissionais, interconectados, vem, por isso mesmo, ampliar o seu campo de ação incorporando novos conhecimentos e novos ramos dentro do que hoje se apresenta para o exercício profissional. A importância que já se atribuía à execução consciente e responsável das tarefas e ofícios, com aceno apenas à autogestão profissional, assume, agora, maior ênfase na capacidade de gestão e administração, tendo em vista as novas condições do mundo do trabalho.

Todo o aprendizado é feito pela troca de conhecimentos, das descobertas coletivas, do aprender a aprender. Isso se dá à medida que nenhum conteúdo será "despejado" em sala de aula, nos laboratórios ou oficinas, e, sim, cada tema deve ser abordado com base nas experiências trazidas individualmente, construindo, em conjunto, o conhecimento. O instrutor atua como incentivador e estimulador das discussões e construção conjunta. Na entrevista com os instrutores, ouvimos, por exemplo, a vibrante exposição de uma integrante da equipe de Administração Coletiva, ao se referir à troca de conhecimentos no primeiro momento do aprendizado:

Vários assuntos são trabalhados na prática do cotidiano ou em blocos específicos de estudos e debates: “Questões de Gênero” – “Relações de Trabalho” – “Questão Ecológica” – “Saúde” – “Métodos de Estudo e Trabalho”. Os temas são debatidos no momento em que surge a oportunidade. Um dos monitores relata com entusiasmo:

“A tecnologia não está desvinculada das questões sociais e quando a gente vai discutir a Eletricidade, então você entra por dentro das tomadas, você vai sair nas barragens, das barragens chega às formas de construções das barragens, do financiamento, do destino das pessoas que ali moravam [...] A partir disso aí, o próprio monitor, junto com a turma, vai discutir a questão da História, não só da História em si, mas a História dos Movimentos, a História da Tecnologia, a História da profissão que ele está estudando. Isso se dá em todos os cursos, tanto Elétrica, Eletrônica, Informática, Mecânica, etc”.

Segundo dados apresentados por outro monitor, também são discutidos, em classe, temas políticos atuais como as privatizações, a política partidária, a política sindical: *“O curso aqui não fica preso só naquela parte de conteúdo. Dá chance à gente que é instrutor de parar num momento que a gente vê a matéria e pode construir ali uma questão social de cidadania, então a gente vai discutir a cidadania e pronto”.*

Arte e festa são vistos como elementos de entrosamento. As práticas esportivas, musicais, teatro, dança, fortalecem um entrosamento mais descontraído entre todos, monitores, alunos, familiares e amigos, permitindo, sem dúvida, o crescimento cultural de todos.

O CADTS mantém uma equipe de apoio que promove uma vez por mês, aos sábados, seminários e debates para que os monitores possam se manter atualizados. São voluntários, elementos da Universidade, do Conselho de Escolas de Trabalhadores, especialistas chamados, ou, como dizem os monitores: *“são pessoas que acompanham a vida do CADTS [...] pessoas que ajudam com material e com preparação de material.”*

4.6. OS CURSOS

Os cursos originaram-se de forma a viabilizar, em 6 meses (300 horas), a recuperação dos conhecimentos básicos, a uniformização das turmas e a adaptação dos alunos à metodologia da escola em relação ao aprendizado profissional. O terceiro passo consiste no oferecimento de módulos de aprimoramento profissional, com duração de três meses cada, concebidos como módulos de reciclagem profissional e educação continuada, nos quais são desenvolvidos os

conhecimentos profissionais básicos. Cada módulo tem a duração de 12 meses, ou 660 horas, dessas, 300 são dedicadas aos Conhecimentos - Gerais e as 360 horas restantes são dirigidas ao ensino "técnico-político-histórico".

Portanto, são necessários 18 meses, de período mínimo, para se viabilizar um bloco de experiência formativa capaz de consolidar conhecimentos, habilidades e condições de pensamento e participação, qualidades cada vez mais necessárias para que se possa contar com cidadãos trabalhadores lúcidos, participativos e responsáveis.

No documento "APRESENTAÇÃO DO CADTS", propõe-se o desenvolvimento da aprendizagem profissional e da preparação para o trabalho por meio de uma pedagogia que visa favorecer a expansão da autonomia dos aprendizes, pessoal e coletiva, a interação entre pensamento e ação, a consolidação de relações solidárias, e o exercício da democracia. A escola deve estimular a participação social nas comunidades e associações de trabalhadores, reforçar a capacidade de busca de caminhos alternativos de educação, trabalho e participação na cidadania, contra a exclusão social.

Passados os primeiros tempos, depois da fabricação do "policultor", as necessidades do mercado levaram o CADTS a realizar cursos nos diversos ramos da Mecânica, da Elétrica, da Eletrônica, da Informática e da Administração (para adolescentes e jovens trabalhadores), no período diurno e, também no período noturno, para jovens e adultos trabalhadores.

O caminho citado pelos monitores foi o seguinte:

"Em 84 começou o Curso de Mecânica Geral e Curso de Eletricista Instalador. Em 86, o Curso de Mecânica Geral se desmembrou em Curso de Torneiro Mecânico e Ajustador Mecânico e Curso de Eletricista Instalador. Em 88, tem um curso novo, de Serralheiro e de Conserto de Eletrodoméstico. Em 89, o Curso de Fresador e Bobinagem. Em 95, a gente fez uma pesquisa de mercado, vimos as exigências dos ex-alunos, que voltavam aqui para colocar para nós como estava o mercado de trabalho, e vimos a necessidade de unir outra vez o curso de Mecânica, em Mecânica-Geral. Foram criados também os Cursos de Aperfeiçoamentos para ex-alunos, com 6 meses de duração: para quem fez Elétrica se criou Eletricista de Manutenção, e, Eletrônica, para os eletricitas. Uns três ou quatro meses depois, para os que tiveram Cursos de Tornearia, os Cursos de Fresa, Ajustagem e Serralheria, de três a quatro meses de duração. Em 98, o Curso de Eletrônica se estendeu, fizemos um curso específico de 18 meses, um Curso de Informática voltada para a Administração. Então, hoje, temos os Cursos de Mecânica Geral, Mecânica Industrial, Eletricista Instalador, de Manutenção, Eletrônica e Informática Aplicada à Administração. Todos eles com dezoito meses de duração."

A posição dos monitores frente o momento atual corresponde à caracterizada pela fala de seu monitor de Eletrônica, Luiz Cláudio F. da Costa, que se segue:

“Acho que a gente deveria colocar aqui também aquilo que a gente se propõe a trabalhar de agora em diante. [...] a gente está formando cidadãos, profissionais, que estão indo trabalhar num mercado de trabalho que já está formado, não é, e as pessoas estão se inserindo nesse mercado que está aí, formado pelo interesse de alguns empresários, que fizeram suas regras e ditaram esse modelo. Nós queremos trabalhar como instrutores de aprendizes, mas com a proposta de construir o nosso próprio mercado de trabalho, tá? E de que forma está sendo discutido isso? Hoje, o CATDS participa de alguns encontros com diferentes grupos de economia popular, e socio-economia solidária, que pensam em Cooperativas [...] são grupos que estão interessados em formar o seu próprio grupo de trabalho, não visando uma renda gananciosa, que é encontrada no mercado, mas de uma maneira mais humana e solidária, fazendo com que as pessoas, independente delas já terem se aposentado ou serem deficientes, ou de não terem escolaridade como eles exigem, mas sabendo que essas pessoas têm condição de estar incentivando, de estar participando, de estar cooperando e somando. O CADTS se coloca nesse desafio de formar um grupo de trabalhadores dentro de uma economia mais solidária, não é, para transformar essa própria questão. Esse mercado que está aí está superado, eles pensam uma indústria do interesse deles, e o que a gente está vendo é que esse processo está excluindo, está deixando muita gente para trás. E o restante das pessoas? Eles vão ficar à margem dessa sociedade? Então, a gente quer propostas, quer mudanças que estão sendo propostas não só no Brasil, mas em outros países. Nós temos contato com esses movimentos e estamos também trabalhando nessa questão.”

CAPÍTULO CINCO
DA “NOVA PIRATININGA” AO CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESTUDOS E PESQUISAS (CEEP)

Uma observação se faz necessária ao se tratar do ensino profissional criado em São Paulo. A Escola “Nova Piratininga” manteve-se ativa entre 1979 e 1996. Quando foi extinta, por questões administrativas e gerenciais, seus bens foram vendidos para pagamentos trabalhistas.

O mesmo ideário político-pedagógico e o mesmo quadro social acabaram agrupando parte das pessoas que vinham da experiência da escola “Nova Piratininga”. Pode-se dizer que do ponto de vista ideológico e político-pedagógico, não ocorreu solução de continuidade. Os sindicalistas, oriundos da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, criaram essa entidade educacional, recebendo reforços de educadores da Universidade, de alguns sindicatos “cutistas”, da Pastoral Operária, Pastoral da Juventude e de pessoas ligadas ao Movimento Popular. Em 1997, o Centro de Educação, Estudos e Pesquisas – CEEP foi oficialmente fundado. Dessa forma, embora juridicamente independentes, as duas escolas constituem um único projeto educacional.

5.1. A “NOVA PIRATININGA”

5.1.1. HISTÓRICO

O Núcleo de Ensino Profissional Livre “Nova Piratininga”, entidade de ensino sem fins lucrativos, tendo como objetivo a formação profissional, entendendo-a à formação dos trabalhadores para o exercício da cidadania, desenvolveu suas atividades inicialmente, no bairro do Brás, na rua Melo Barreto (1979 a 1985) e, na maior parte do tempo, no centro da cidade de São Paulo, na rua Riachuelo (1986 a 1989) e depois, na rua Silveira Martins até o seu encerramento (1990 a 1996).

Tratava-se de um centro profissionalizante, fundado, em 1979, com duplo objetivo: o pedagógico (profissional) e o de formação para a cidadania (político-social). Com esses objetivos, visava a proporcionar atualização profissional a militantes sindicais desempregados, operários perseguidos pelas “listas negras”, que corriam entre as empresas para evitar a contratação de trabalhadores “engajados”. Ao requalificar profissionalmente os trabalhadores, propunha fornecer-lhes elementos de formação política, formar novos quadros, criar novas lideranças e contribuir para a difusão de uma visão social baseada nos princípios de solidariedade, liberdade e fraternidade, voltada para a construção de uma nova sociedade,

sem exploração e opressão. Para José Costa Prado, ex-metalúrgico, aluno do supletivo profissionalizante (2000) e atual diretor do SITRAEMFA (sindicato que reúne as instituições que trabalham com crianças e adolescentes), o objetivo era: *“formar profissionalmente e politicamente trabalhadores para intervirem no seu local de trabalho; [...] para estar nela (a escola) tinha de ser militante, tinha que ser uma pessoa com compromisso social; [...] dava curso não só para trabalhadores de São Paulo, mas vinha trabalhador do Amazonas ao Rio Grande do Sul”*.

No final dos anos 70 e início dos 80, além dos problemas que os trabalhadores sentiam com a repressão, registrou-se forte onda de desemprego, que colocava em dificuldades especiais os militantes operários, os atores da explosão das lutas políticas naquele momento histórico. A escola nasceu do esforço de um grupo de metalúrgicos especializados, membros da Pastoral Operária e lideranças de Movimentos Populares, todos pertencentes à Oposição do Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Pelas entrevistas realizadas, pode-se notar que o aparecimento da escola “Nova Piratininga” ocorreu paulatinamente, como resistência aos governos militares, por militantes, principalmente do grupo de Oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que lutavam pela construção de um novo sindicalismo, desatrelado do Estado. Segundo Vito Giannotti, o golpe “pegou de surpresa” o operariado, que achava o governo João Goulart capaz de impedir qualquer tentativa nesse sentido. Lembrou, por exemplo, a fala do Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, em 27 de março de 1964, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, afirmando que, se viesse o golpe, *“os golpistas teriam suas cabeças esmagadas”*.

Essa previsão não ocorreu e, segundo Giannotti, a realidade foi outra. No Rio de Janeiro,

“quando os tanques desfilavam, chegando de Juiz de Fora, com o General Olímpio Mourão Filho, desfilando na Avenida Brasil, ou com o barulho daqueles tanques, ao mesmo tempo, às 7 horas da manhã, as sirenes das fábricas tocavam e os trabalhadores entrando de orelha baixa dentro das fábricas, perguntando: mas por que, se a gente é tão forte? !”

Com o golpe de primeiro de abril de 1964, os Sindicatos sofreram intervenção e passaram a ser administrados por agentes ligados ao governo. Os metalúrgicos de São Paulo, que se opunham aos interventores em seu sindicato, formaram uma entidade que se chamou Oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e iniciaram a luta pela organização do

operariado dentro do próprio local de trabalho, pretendendo formar novos quadros e reiniciar o movimento oposicionista.

A esse agrupamento de trabalhadores no próprio local da fábrica, seguiu-se a criação das Associações de Trabalhadores, agora nos bairros fabris. Os operários vinham trabalhar e, após o expediente, procuravam a Associação mais próxima da indústria. As Associações de Trabalhadores eram numerosas, como, por exemplo, a da Vila Leopoldina, do Tatuapé, do Ipiranga, do Brás, de Santo Amaro, etc. Cada qual com um desenho e história peculiares, mas sempre reunindo operários das fábricas próximas. Nesses locais, apareceram Cursos de Alfabetização de Adultos – MOBREAL e, mais tarde, os de Madureza - supletivo de Primeiro e Segundo Graus. Todos eles localizavam-se próximos às fábricas, em salões geralmente cedidos pela Igreja Católica e/ou por Movimentos Sociais. A necessidade de desenvolver a aprendizagem dos operários, particularmente dos ajudantes, levou à formação de grupos de trabalhadores, cujos monitores eram originários da própria fábrica. Ensinavam Trigonometria, Matemática, Desenho Técnico, etc... A esse respeito, Giannotti recorda:

"Os bons profissionais, como caldeiros, ferramenteiros, mecânicos, inspetor de qualidade, que tinham uma idéia política, organizavam cursinhos para poder juntar gente a partir da necessidade dos trabalhadores, atendendo essa necessidade, passar alguma idéia política diferente e depois organizar".

Eram cursos de Matemática, Trigonometria, Desenho Geométrico, Desenho Mecânico. Aos poucos, apareceram alguns militantes de fora da fábrica para a monitoria de outras disciplinas, como Física, Português, História e Geografia, professores e alunos da Universidade de São Paulo e de outras universidades, constituindo um ativo voluntariado. Como resultado desse trabalho educacional, surgiram as Comissões de Fábrica, formado por elementos atuantes na luta pelas conquistas trabalhistas dentro do local de trabalho. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, na impossibilidade de contar com o Sindicato na defesa dos seus direitos, conseguiu atuar por meio dessas Comissões de Fábrica, estimulando o ingresso de expressivo número de trabalhadores nas greves de 1978.

Nos bairros populares apareceram vários grupos de protesto, contestadores do regime, que não se calaram e reivindicavam toda sorte de melhorias. Sobre suas ações ouvimos de Vito Giannotti: *"Surgiram alguns cursos de casais, de sexualidade [...] o importante era juntar dez pessoas, marido, mulher, os filhos, conversar e, a partir daí, criar espírito de revolta".*

Entre os anos 1971 e 1972 deu-se o aparecimento de grupos de mulheres, foram criados os Clubes de Mães. Em 1973, o Cardeal, D. Paulo Evaristo Arns, com o dinheiro levantado com a venda do "luxuoso palácio episcopal", deu início à "Operação Periferia, com o intuito de criar centros comunitários nos bairros pobres, lugares do povo, onde o povo pode ir". (Sader,1971)

Iniciava-se o período de atuação das CEBS - Centros de Educação de Base, em que a Igreja Católica pós-Medelin (cidade da Colômbia onde se realizara a II Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano), aplicava a "Palavra de Deus" *"na luta terrena de busca da verdade e da justiça"*. Aliás, coube à Igreja importante papel histórico, pois, como opina o sindicalista José Costa Prado: *"Como tinha a ditadura no nosso pé, coube à Igreja o comando de muitos projetos sociais"*.

Para muitos sindicalistas, essas manifestações tiveram, de certa maneira, uma ligação com as atividades reivindicatórias dos operários metalúrgicos paulistas. Giannotti lembra:

"As greves de 78 tiveram também o apoio feito nos bairros residenciais, dos Movimentos de Mulheres, Movimento por Creches, Movimento por Asfalto, Movimento por Ônibus, as várias reivindicações populares e vários cursinhos que nós organizávamos, nós, milhares de trabalhadores no Brasil. Nos cursinhos passávamos uma visão de mundo diferente daquela que era dada nas escolas pela disciplina OSPB - Organização Social e Política do Brasil, que era a doutrinação, era a lavagem cerebral que a ditadura fazia".

Aliás, os grupos a que se referiu Vito Giannotti, também são mencionados por Eder Sader (1988), em seu livro "Quando Novos Personagens Entram em Cena", como grupos de educação popular que, desde 1971, já se espalhavam na periferia da capital paulista para "promover a alfabetização segundo o método Paulo Freire, então proibido pelo regime militar". Nessa época, recorda-se, *"a agente pastoral Irma Passoni iniciava um curso de alfabetização, com o método proibido pela ditadura, na paróquia de Vila Remo"*.

Ainda em 1971, o Padre Giorgio Calegari, ao sair da prisão, onde dividiu cela com vários líderes esquerdistas, criou o Centro Pastoral Vergueiro -CPV¹, com o objetivo *"de resgatar a memória de lutas e iniciativas populares, organizando aí um arquivo para subsidiar os movimentos que surgissem"*. (Eder Sader ,1971)

A respeito do CPV, José Costa Prado, afirma ter sido:

¹ O Centro Pastoral Vergueiro documenta as notícias relativas aos trabalhadores. Situa-se na Rua São Domingos, 224 - Térreo, na Bela Vista

“uma trincheira de resistência à ditadura. [...] Um centro, vamos dizer assim, aonde a gente ia lá discutir, que centralizava a documentação que os Movimentos Popular e Operário produziam naquele momento. [...] O CPV era o espaço democrático e que estava aberto para os trabalhadores se organizarem [...] era uma espécie de qugrtel-general do Movimento Operário de São Paulo.”

Na década de setenta, o trabalho dos militantes também se expandiu, a atividade política que ocorria nas fábricas atingiu alguns bairros fabris. As “Associações de Trabalhadores” surgem como locais onde se discutia e, elaborava-se um “jornalzinho”. Eventualmente, o pessoal se reunia para ir ao teatro, e depois, depois passaram a ser desenvolvidos os cursos de Alfabetização de Adultos e os de Madureza - Supletivos de 1º e 2º graus, para operários. O trabalho voluntário de muitos militantes, realizados à noite, nas Igrejas ou Centros Sociais, foi, aos poucos, organizando-se em centros de aprendizagem profissional. Na verdade, essas Associações prepararam o nascimento da CUT - Central Única dos Trabalhadores, na década seguinte, em 1983. Pouco depois, as Regionais da CUT acabaram por substituir essas Associações Operárias. Mas, ainda no final da década de setenta, em meados de 1978, segundo Sueli Bossam, socióloga militante do meio operário, é que apareceu a idéia da Escola “Nova Piratininga”. O grupo da Oposição dos Metalúrgicos criou um curso supletivo, num espaço cedido pelo Padre Otávio, pároco da Igreja Nossa Senhora das Dores, na Rua Tabor, com fundos na Rua do Fico, no bairro do Ipiranga. Depois, *“a escolinha foi para o centro, onde, na época, era o Centro Pastoral Vergueiro”*.

O nascimento do curso profissionalizante, por iniciativa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, após as greves de 78/79, é lembrado também pelo sindicalista José Costa Prado:

“Naquele momento eu participei de uma conversa onde estava Neto, Vito Giannotti, estava Sueli Bossam, estava Vito Petrutti e outros companheiros, estava o Clovis Preto, e o pessoal falava de se fazer um curso para os “piqueteiros” voltarem às fábricas. O Clovis Preto, eu não sei o nome dele, mas o Clovis tinha um contato com a Professora Maria Nilde Mascellani e ele, nesse momento, colocava para a gente que ele tinha possibilidade de conversar com a Professora Maria Nilde e, através do escritório RENOVE, ver se era possível algum apoio para um curso para trabalhadores se qualificarem e voltarem para a fábrica. Nessa conversa a gente ficou sabendo que a Professora Maria Nilde havia sido presa no começo dos anos 70, junto com um companheiro nosso, Waldemar Rossi. Essa coisa do Clovis ter contato com o escritório RENOVE e o Waldemar Rossi ser da Pastoral Operária e militante também da Oposição Sindical, ter esse contato com a Professora Maria Nilde, nos ajudou muito. Foi aí que nasce o primeiro curso pós-greve de 79, sendo o escritório RENOVE, através da Professora Maria Nilde, que buscou recursos da solidariedade que havia na Europa, naquela época, à América Latina, que estava sob a ditadura militar. Então, nós tivemos esse apoio e isso foi de grande valia. [...] Esse Curso foi ministrado no CPT - Centro de

Profissionalização de Trabalhadores, que foi uma oficina uma ferramentaria montada em forma de escola para formar metalúrgico numa região de São Paulo, a Zona Leste, muito carente, próximo de São Mateus e Iguatemi. Junto com alguns companheiros da Oposição Metalúrgica, junto com a Pastoral Operária, o pessoal conseguiu um projeto no exterior e veio dinheiro para se montar esse Centro de Formação Profissional para trabalhadores [...] num lugar chamado Tabor [...] em que o Padre Hugo estava sendo responsável por aquele maquinário. Então, com o recurso que a Professora Maria Nilde conseguiu nós fomos até o Tabor, conseguimos conversar com o Padre Hugo, que também trouxe alguns membros da comunidade [...] para frequentar o nosso curso.. O dinheiro que veio da Europa serviu para pagar o aluguel das máquinas e para bancar as despesas do curso desde a condução, alimentação e todo o material pedagógico que não era barato, porque era feito de ferro, era bronze, era alumínio que a gente tinha de exercitar, fazer peças da mesma forma que se faria na indústria. [...] Devia ter uns 25, de 25 a 30 operários envolvidos nesse curso, [...] funcionou em período integral; [...] durou quatro meses. [...] Eram todos desempregados, por isso tinha que ter comida, transporte, porque o pessoal tinha ficado desempregado tanto por ser ativista sindical quanto pela recessão e precisava se requalificar para voltar ao local de trabalho para disputar com o conjunto de trabalhadores que estavam naquela época nas filas das portas de fábricas. E a gente tinha que ser melhor do que aqueles companheiros que estavam lá para garantir o emprego e com o emprego garantir a continuidade da luta. “

Os resultados dessa iniciativa foram muito positivos. Agora, os militantes pensavam em conseguir outra ajuda externa, através do escritório RENOVE, mas não mais para alugar local e máquinas, mas para ter uma oficina própria. Outra vez a Professora Maria Nilde conseguiu a ajuda da solidariedade européia e, ainda em 1979, aquele grupo de trabalhadores militantes da Oposição Sindical acabou por alugar um conjunto no Brás, na Rua Melo Barreto, próximo à Rua Piratininga, onde foi fundado o Núcleo Livre de Educação “Nova Piratininga”. Com as máquinas compradas, a oficina podia apresentar-se com características de uma indústria média de usinagem manual ou por máquina, pois contava com significativo maquinário, como Plaina, Fresa, Furadeira, Torno, etc.

A primeira reunião ocorreu sem ter luz elétrica, na sede da escola, com o objetivo de se discutirem os estatutos da entidade. Segundo Nadia Gebara, Professora de Física, que participou da equipe pedagógica da “Nova Piratininga”, nos primeiros tempos,

“tratava-se de um local de prática profissional, os operários usavam em horários mais disponíveis, uma espécie de plantão de dúvida [...] eram tardes em que o pessoal vinha e usava as máquinas e eram orientadas pelo Sérgio, [...] Epaminondas, [...] o Fernandinho. [...] Eles ajudavam o pessoal a se preparar para fazer um teste, a lembrar, porque você fica três ou quatro anos numa empresa, você adquire experiência num campo, mas você deixa de se atualizar noutros campos e na hora do teste, o pessoal quer, a empresa, o patrão quer a tua experiência, mas ele quer a tua atualização”.

O que é corroborado por José Costa Prado, que era, então, aluno do curso:

“essa espécie de tira dúvidas funcionava assim: a gente queria entrar numa fábrica de porte médio, a gente, através de amizades e aquilo outro, às vezes a gente conseguia num papel o teste que ia ser aplicado naquela fábrica, trazido por um companheiro que passara por ele. Ai a gente ia na escola, fazia o teste e se preparava para quando fosse lá para aquela fábrica fazer o teste melhor e, assim, garantir o emprego. O Mota fazia esse papel dentro da escola. O Mota, pelo jeito de ser, atuava em várias áreas, era o instrutor de Ajustagem, de Fresca, de Torno, de Solda, tudo a gente ia lá com o Mota [...] que era o coringa nosso”.

Em 1985, quando a escola transferiu-se para a Rua Riachuelo, foi contratado o ex-metalúrgico Leonildo Rodrigues de Assis para ser coordenador de ensino e foi criado o Curso Intensivo de Mecânica, para alunos de todo o país, indicados por sindicatos, regionais da JOÇ, Pastorais, entidades do Movimento Social. O curso, com duração média de seis meses, era em período integral e pretendia formar “bons profissionais e cidadãos conscientes”.

Em 1990, a escola transferiu-se para a Rua Silveira Martins, nº 8, com instalações amplas e, segundo o sindicalista Sebastião Lopes Neto, tratava-se de:

“um prédio muito grande, 800 metros quadrados, mas que o dono alugou para a gente, embora a gente não quisesse o prédio todo. O prédio estava fechado há 13 anos, desde a implosão do Diário Popular para fazer o Metrô. [...] Esse local estava fechado, abandonado, cheio de lixo, o poço do elevador tinha uns quatro caminhões, no porão tinha outros cinco, seis, sete caminhões de lixo. [...] Como nós tínhamos alugado o prédio inteiro, resolvemos ocupá-lo. Acho que nós gastamos naquele prédio uns US 50.000,00(cinqüenta mil dólares) ao longo dos anos...”

A escola “Nova Piratininga” cedeu espaço às atividades de muitos movimentos sociais e políticos, inclusive como sede da campanha de Luiza Erundina à Prefeitura de São Paulo. De acordo com Sebastião Lopes Neto: “esse salão foi o único lugar que a Erundina teve para montar seu comitê em São Paulo”. A escola também amparou a Regional da CUT; enfim, por seu espaço transitaram várias lideranças nacionais da época.

O encerramento das atividades da “Nova Piratininga” ainda é lembrado com tristeza pelos que dela participaram. Todos os entrevistados revelaram sua dor ao ver desmoronar aquilo que foi um sonho que se conseguiu concretizar. Os relatos permitem resgatar os motivos que levaram à finalização da experiência. No fim do governo de Luiza Erundina foi garantida a verba para a implantação de um curso supletivo de Primeiro Grau, segundo o sindicalista José Costa Prado:

“A escola entrou em crise, faliu, por conta de uma política que era anti-social, antitrabalhadora, antioperária, que foi quando o Maluf ganhou as eleições. O Professor Sólton Borges, que era então o Secretário de Educação entendeu, sem que nunca recebêssemos a visita desse cidadão na escola, fechar o nosso curso, alegando desvio pedagógico. Mas até hoje ele não explicou que tipo de desvio era esse. Naquele momento, a Prefeitura começou a atrasar os pagamentos. Por exemplo, a Prefeitura repassou as verbas de agosto em dezembro, atrasou o de agosto até dezembro, quando chegou em dezembro ela pagou tudo de uma vez, só que naquele momento nós convivíamos com uma inflação que chegou a 52% ao mês. A Prefeitura não corrigiu um centavo desse dinheiro. No fim das contas, a Prefeitura de São Paulo no governo Maluf nos deu um prejuízo de US\$ 87.000(oitenta e sete mil dólares) naquela época. Nós fomos obrigados, a partir daí, a vender a nossa ferramentaria, a vender uma gráfica da Oposição e ainda ficamos com dívida. Isso nós agradecemos à política anti-social do Sr.Maluf e do Senhor Sólton Borges, que mostrou que não tinha nenhum interesse com o social, tanto é que fechou mil salas do MOVA quando assumiu “.

Pensava-se em resistir e não fechar a escola. O depoimento de Cícero Umbelino da Silva registra a luta que efetuada para impedir o seu fechamento.

“A escola prometeu resistir e tanto a escola como os Movimentos as Entidades que estavam em torno da Escola “Nova Piratininga” prometeram resistir e fizemos um grande acordo político com os Movimentos e com os Sindicatos, além dos professores e funcionários. Era resistir à investida da direita de destruir o projeto e destruir a escola. Isso foi muito bom porque um dos objetivos dessa resistência era a continuidade do estudo dos alunos, porque a grande maioria era adulta e o adulto vem estudar, às vezes, pela última vez. Então, se essa experiência for frustrada, for interrompida, ele poderá nunca mais voltar a estudar. Para nós era uma coisa forte. A gente queria transferir esse aluno para uma escola pública e conseguimos fazer isso. Aproximadamente, 80% dos alunos, conseguiram a transferência e 20% não conseguiram. Nosso objetivo não foi alcançado os 100%, não é? Mas isso teve um custo financeiro, o nosso acordo político foi cumprido, o nosso acordo financeiro não foi cumprido, porque, durante esse tempo em que a escola ficou sem dinheiro, não se pagou encargos sociais de funcionário, não se pagou o convênio médico dos funcionários e quando falta o pão, todo mundo tem razão. Quando acabou definitivamente o convênio, que ficou toda a equipe desempregada, alguns abriram processo contra a escola. A escola foi obrigada a vender todo o seu equipamento, tornos, fresa, etc. Precisou desmontar a escola para arrecadar dinheiro para pagar alguns processos trabalhistas. Claro que o pessoal tinha razão, porque não recebeu integralmente aquilo que a lei determina. Mas a gente tinha um acordo, não é, que ia ser daquele jeito, porque aquilo era uma resistência, mas não entramos nessa discussão. Vendemos as máquinas e pagamos o que tinha de ser pago. Ai foi o fim da escola “Nova Piratininga” porque a escola se desestruturou definitivamente, a equipe se espalhou, cada um teve que procurar um jeito da sua sobrevivência e começou a grande dificuldade de articular, de juntar essa equipe, essa equipe que já tinha quase 20 anos. Começamos um trabalho diferente”.

5.1.2. A MANUTENÇÃO DA “NOVA PIRATININGA”

Inicialmente, no tempo em que a escola funcionou no Brás, os recursos conseguidos pelo escritório RENOVE, da Professora Maria Nilde Mascellani, vinham da Alemanha, da instituição “Pão para O Mundo”. Posteriormente, já na rua Riachuelo, as entidades europeias continuaram a enviar ajuda financeira.

Leonildo Rodrigues de Assis, bem explica a importância dos recursos recebidos:

Nos períodos em que os recursos eram conseguidos a tempo, a gente conseguia aplicar dois programas por ano. Nos outros, que a gente tinha mais dificuldade de captação de recursos, a gente aplicava um único programa. De 90 a 95 aplicamos três cursos somente, por escassez de recursos também. Os recursos, na sua maioria, vinham da Europa, ICCO, CEBEMO, PÃO PARA O MUNDO... e, a partir de um determinado momento, houve uma mudança na política dessas entidades do exterior que deixaram de priorizar o Brasil como foco de necessidade de ajuda para a organização dos trabalhadores. As coisas foram tão difíceis que, a partir de 95, nós já não conseguimos mais nenhum recurso do exterior”.

Leonildo acrescenta:

“Tivemos alguns programas também com a CARITAS, italiana e com a CARITAS brasileira. Havia seguramente outras parcerias com sindicatos também: de Franca, Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Calçados; de Limeira, Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira; de Campinas; Sindicato de Metalúrgicos de Campinas, São Paulo, Sindicato dos Químicos e, na época, o Sindicato dos Plásticos, hoje os dois se uniram. Posso estar esquecendo mais alguns, mas acho que, sobretudo, esses tomavam um certo destaque”.

Ao tempo da Rua Silveira Martins, a “Nova Piratininga” conseguiu, como foi mencionado, verbas da Prefeitura Municipal de São Paulo, na gestão Luiza Erundina, e realizou alguns projetos importantes: curso de Eletricidade, Mecânica e Construção Civil para jovens dos bairros de Perus e do Ipiranga; curso para formar monitores do MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos; Curso Supletivo de 1º Grau para trabalhadores.

5.1.3. A EQUIPE DE TRABALHO

A escola “Nova Piratininga” funcionou no Brás até 1985, transferindo-se para a Rua Riachuelo, no centro, de onde se mudou, outra vez, em 1990, para as imediações da Praça

Clóvis Bevilacqua, à Rua Silveira Martins, 8, local em que permaneceu até 1996. O corpo de monitores era constituído, em sua maioria, por operários especializados ou técnicos de origem metalúrgica: mecânicos, torneiros, desenhistas e ferramenteiros, e, também por estudantes e professores universitários voluntários. As aulas de formação política e sindical eram ministradas pelos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do movimento sindical em geral.

No Brás, praticamente não havia uma equipe de trabalho, pois Sérgio Florentino, o “Mota”, no período da noite, era quem atendia e ensinava os operários que procuravam a Escola. Às vezes, um ou outro colega o substituíam, mas o “saber profissional” era dele.

Na Riachuelo, o curso tinha um grupo pedagógico fixo, formado pelos seguintes militantes: Leonildo Rodrigues de Assis, Sérgio Florentino (conhecido como Sérgio Mota), José Costa Prado, Sueli Bossam e Nadia Gebara. A equipe pedagógica estava diretamente envolvida no dia-a-dia do curso. A esse grupo se juntavam os monitores das oficinas, os professores de História, Geografia, Português, etc, na maioria, voluntários do meio universitário (alunos e professores). Alguns membros, também intimamente ligados à escola, contribuíam na definição das diretrizes ideológicas educacionais, como a professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, os sindicalistas Sebastião Lopes Oliveira Neto, Vito Giannotti, Carlucio Castanha Júnior, Waldemar Rossi e outros. A equipe fixa era remunerada e os demais prestavam serviço voluntário.

5.1.4. OS ALUNOS

Foi na rua Riachuelo que o Núcleo de Educação viveu o maior momento de uma experiência educacional marcante. No meio sindical nacional, havia necessidade de formar novos profissionais entre os militantes oriundos principalmente da JOC, de Movimentos Sociais e dos Sindicatos mais combativos de todo o país. Os coletivos dessas entidades enviaram trabalhadores de 17, 18, até de 30 anos de idade, que não tinham quase nenhuma ou nenhuma categoria funcional, que, no máximo, eram “ajudantes de serviço”, para um curso de seis meses, de horário integral para a escola “Nova Piratininga”. É do José Costa Prado a informação de que: “o sindicato local banca a sobrevivência da família desse companheiro lá no Nordeste. [...] estava desempregado e veio se qualificar aqui, veio se capacitar politicamente e voltava para intervir na fábrica...”

Clóvis Bevilacqua, à Rua Silveira Martins, 8, local em que permaneceu até 1996. O corpo de monitores era constituído, em sua maioria, por operários especializados ou técnicos de origem metalúrgica: mecânicos, torneiros, desenhistas e ferramenteiros, e, também por estudantes e professores universitários voluntários. As aulas de formação política e sindical eram ministradas pelos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do movimento sindical em geral.

No Brás, praticamente não havia uma equipe de trabalho, pois Sérgio Florentino, o “Mota”, no período da noite, era quem atendia e ensinava os operários que procuravam a Escola. Às vezes, um ou outro colega o substituíam, mas o “saber profissional” era dele.

Na Riachuelo, o curso tinha um grupo pedagógico fixo, formado pelos seguintes militantes: Leonildo Rodrigues de Assis, Sérgio Florentino (conhecido como Sérgio Mota), José Costa Prado, Sueli Bossam e Nadia Gebara. A equipe pedagógica estava diretamente envolvida no dia-a-dia do curso. A esse grupo se juntavam os monitores das oficinas, os professores de História, Geografia, Português, etc, na maioria, voluntários do meio universitário (alunos e professores). Alguns membros, também intimamente ligados à escola, contribuíam na definição das diretrizes ideológicas educacionais, como a professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, os sindicalistas Sebastião Lopes Oliveira Neto, Vito Giannotti, Carlucio Castanha Júnior, Waldemar Rossi e outros. A equipe fixa era remunerada e os demais prestavam serviço voluntário.

5.1.4. OS ALUNOS

Foi na rua Riachuelo que o Núcleo de Educação viveu o maior momento de uma experiência educacional marcante. No meio sindical nacional, havia necessidade de formar novos profissionais entre os militantes oriundos principalmente da JOC, de Movimentos Sociais e dos Sindicatos mais combativos de todo o país. Os coletivos dessas entidades enviaram trabalhadores de 17, 18, até de 30 anos de idade, que não tinham quase nenhuma ou nenhuma categoria funcional, que, no máximo, eram “ajudantes de serviço”, para um curso de seis meses, de horário integral para a escola “Nova Piratininga”. É do José Costa Prado a informação de que: *“o sindicato local banca a sobrevivência da família desse companheiro lá no Nordeste. [...] estava desempregado e veio se qualificar aqui. veio se capacitar politicamente e voltava para intervir na fábrica...”*

Segundo Leonildo Rodrigues de Assis, monitor e Coordenador da entidade:

“Cada turma era, em média, de 15 alunos, escolhidos a dedo, digamos assim, no Brasil todo. Em São Paulo eles montavam uma espécie de “república”, viviam em conjunto em bairros diferentes, um momento no Ipiranga, um momento na Mooca, um momento no Brás, e assim por diante. A gente fazia contato com os movimentos organizados em várias regiões do Brasil, e pedia que mandassem militantes daquelas regiões que tivessem o potencial para organizar o local de trabalho. Nós não tínhamos contato exclusivamente com o candidato, que depois se transformava em aluno. Mas a nossa relação era com o coletivo onde tinha origem, onde ele fazia parte; era com esse coletivo que a gente fazia reuniões periódicas e discutia o andamento, o progresso, a situação de cada aluno. Esses alunos vinham, na maioria, de participação, de militância, a maioria de Igreja e das cidades do interior, seja de São Paulo, ou de outros estados”.

5.1.5. O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O primeiro curso realizado, após a greve de 1979, no Jardim São Gonçalo, no bairro São Mateus, já “plantava” a dinâmica do Curso Profissional desejado pelos trabalhadores. Pela entrevista de José Costa Prado é possível apreender a proposta pedagógica em construção:

“Esse Curso de Tornearia ele não era mais o Curso de Tornearia que eu fiz lá no SENAI. Esse curso tinha Paulo de Tarso Venceslau, o, Eder Sader dando aula para a gente, a professora Maria Nilde fazendo dinâmica de grupo conosco, tinha o Sérgio Florentino ensinando Tornearia, ensinando Fresa, tinha o Neto ensinando Metrologia, Desenho Técnico... Então, tinha todo um jeito de aprender uma profissão com um olhar crítico da sociedade. A gente discutia a questão da conjuntura nacional daquela época, discutia os rumos das lutas dos trabalhadores, o Socialismo era ainda a proposta que orientava esse pessoal... Então, tinha todo esse contexto que fez com que a gente crescesse. Depois desse curso a gente não era mais aquele peão “chucro” da fábrica. A gente voltou para a fábrica na condição de operário, mas um operário que já lia livro, um operário que já tinha interesse em ler o jornal, um operário que discutia, um operário que, quando sabia que tinha um debate em algum lugar ia participar desse debate... Então, isso, pessoalmente e profissionalmente, me fez crescer.”

Na escola “Nova Piratininga” o Curso Intensivo de Mecânica era de oitocentas e oitenta horas. Pode-se entender a sua dinâmica no depoimento de Leonildo Rodrigues de Assis:

“Para transformar o trabalhador que deixasse Araraquara ou Barretos, ou de qualquer outra região, carpindo café e aí, com oitocentas horas transformá-lo num torneiro mecânico, isso era missão quase que impossível, não é? O currículo era voltado mais

humano como um todo. Então, na linha de Conhecimentos Gerais, tinha a de Liderança Sindical, Leitura e Interpretação de Texto, Leitura em Jornais, relaxamento, oratória, discurso...”

As aulas práticas, próprias da área de Mecânica, eram dadas na oficina, e as da área de Conhecimentos Gerais eram dadas em sala de aula, geralmente no período da manhã, quando os alunos se colocavam como em assembleia. Era o coletivo. Como o aprendizado não era montado de forma mais acadêmica, digamos assim, a metodologia empregada era criada pelos próprios professores. Esse trabalho possuía características pedagógicas próprias e não apresenta, em geral, registro escrito. Daí, a importância do relato do ex-metalúrgico e professor Leonildo:

“A princípio era difícil mantê-los (os alunos) num grupo porque vinham aqueles de origem religiosa, por exemplo, e que começaram a fazer questão de toda a manhã, todo início de curso se rezasse uma oração; outros, de origem leninista, marxista, por aí fora... Então o conflito começava a ser muito grande e as discussões no campo filosófico-ideológico também eram terríveis. Mas a gente já previa esses acontecimentos e buscava uma, não uma uniformização, mas um consenso em cima de uma proposta transformadora onde coubesse todas as visões de mundo. A gente, num primeiro momento, tinha aquilo que chamamos de formação do coletivo, onde muitas vezes, muitas dinâmicas eram aplicadas até para suscitar conflitos ideológicos para que a gente pudesse trabalhar esses fenômenos com maior profundidade, não é? De fato, na maioria das vezes os alunos, reunidos aí em forma de círculo, embarcavam nessas dinâmicas e compravam a briga de fato, cada um achando que era o dono da verdade e que dela não podia abrir mão. Mas como a dinâmica já era pensada para isso, a gente buscava o entendimento de que nós temos que estar unidos num objetivo comum às nossas origens e os nossos pontos de vistas, não é que não tenham valor, é que a diversidade, a contemplação de um jardim com diversos tipos de flores é muito mais rico do que com uma flor única. Então, a diversidade nos ajuda a ter melhor compreensão de mundo, ela não deve servir de obstáculo para nós levantarmos uma bandeira única, com objetivo comum [...] A distribuição de horas variava de turma para turma. Tinha turmas que essas oitocentas horas eram aplicadas em 6 meses e teve turma que essas oitocentas horas foram aplicadas em 3 meses. Então, havia turmas com oito horas diárias de aula e outras turmas tinham 12, 15 horas de aula. Esses detalhes eram acertados de turma para turma. A “Nova Piratininga” nunca buscou um modelo onde todos devessem se encaixar nele, até porque quem participava desses cursos, salvo raríssimas exceções de alguns adolescentes, jovens mais imaturos, a grande maioria era de trabalhadores adultos, aí na fase de 28, 30 anos de idade, portanto, que tinham seus pontos de vista formados. Não poderia haver um curso onde eles se enquadrassem, tinha uma metodologia exposta, tinha um programa exposto e uma proposta bem definida. Agora, como isso era distribuído variava de três a seis meses. [...] Os professores trabalhavam em ritmo de oficinas, de 30, 40 ou 50 horas de duração. Por exemplo, a oficina para fazer panfletos. Fazer “folders” que a gente chama hoje, ou algum material de comunicação rodado ainda em mimeógrafo, havia oficinas que duravam 20, 25 horas. Vinha o educador durante, à vezes, uma semana toda, ou, às vezes ultrapassava uma semana aplicando aquela oficina. Outra oficina, de Relaxamento, também tinha um período de duração que às vezes ia uma semana toda na parte da manhã. Depois, tinha algumas aulas teóricas

também, como Comunicação, Linguagem, Desenho Técnico, Matemática, que eram aplicadas da mesma forma, sempre com começo, meio e fim."

Havia atividades fora da sala de aula, como aquela dada no módulo "Formação do Coletivo", em que os alunos divididos em grupos deveriam traçar um mapa de seu caminho de casa até a escola. Segundo Nadia Gebara, *"além de se pretender o desenvolvimento de desenhar um mapa, pretendia-se desapertar o conhecimento da cidade"*.

Sobre essa atividade fora de classe, complementa Leonildo Rodrigues de Assis:

"Geralmente, naquele período que nós chamávamos de "formação do coletivo" tinha um outro módulo na formação do coletivo que nós chamávamos "nivelamento", porque tinha pessoas com medo de andar em São Paulo, vinham de cidades pacatas do interior e tinha aqueles que eram versados em correr São Paulo de alto a baixo. Então, um dos módulos interessantes era o mapeamento da cidade; eram formados grupos de três ou quatro alunos, era dados a eles uma determinada direção e eles depois de andarem, fazer pesquisa, conversar com pessoas da rua, traziam um esquema, um mapa do que eles encontraram e como foi o passeio deles, como foi a visita deles. Algumas vezes a gente dava bastante risada porque alguns saiam correndo com medo disso ou daquilo, outros eram assaltados, acontecia de tudo. Mas, de fato, tinha esse momento fora da sala de aula. Outro momento que marcava bem fora da sala de aula, era o envolvimento, a militância, não é? Era norma, às vezes, no início do expediente, muitos chegarem tarde porque saiam de madrugada para fazer distribuição e mobilização em porta de fábrica e, às vezes, chegavam com certo atraso. Isso provava o interesse deles, nada era obrigado, era espontâneo, mas mostrava o interesse, o envolvimento deles no movimento social."

Sobre a didática utilizada pelos professores, constata-se a criatividade de cada monitor.

Sergio Florentino, o "Mota", não se esquece do saber que o aluno-operário já trás consigo. Seu testemunho, cheio de emoção, mostra que, antes de introduzir o novo é preciso deixar que o aluno fale do que ele sabe a respeito do assunto para depois "mostrar o novo":

"O adulto traz o conhecimento, aliás, ele traz bastante conhecimento e quando ele vê isso ser valorizado, ele diz: - opa, espera aí! Então, se eu estou falando do esmeril, que é uma pedra da natureza e ele conhece, lá em Minas tem, aí dá para eu falar até de óxido de alumínio, de óxido de titânio, de óxido... Eu acho que a oficina de Matemática e outros campos que a gente tem levado tem dado muito bom resultado, teve muito sucesso. Esse levantamento histórico do conhecimento, quando se tem o levantamento histórico é muito importante, é um suposto que faz muito sentido, não é? Permite que as pessoas comecem a se situar, sabe para que serve. Primeiro é preciso falar para que serve para depois contar a história, e não o contrário".

O depoimento de Leonildo Assis é também rico em informações sobre o processo ensino-aprendizagem. Serenamente, mas com voz forte, ele respondeu à pergunta sobre sua didática, tão comentada por todos os outros professores, dizendo:

"O que a gente tinha e tem hoje mais elaborado, mas na época de uma forma mais precária, era a intuição tanto na transmissão de conhecimento. Algum tempo depois vim entender que aquele procedimento nosso já tinha uma teoria elaborada, que era a construção coletiva do conhecimento, não é? Mas, intuitivamente, a gente buscava, a partir dos conhecimentos que o trabalhador já trazia, para começar a aplicar conhecimentos novos. Algumas dessas teorias a gente tinha buscado na época, com Paulo Freire, não é? O Freire, já no período da ditadura, tanto no Brasil como fora do Brasil, foi um verdadeiro arauto. Então eu diria que a minha concepção de ensino, a minha forma de trabalhar, numa feliz coincidência de grande parte da equipe da "Nova Piratininga", vinha com essa acumulação coletiva do conhecimento, da linguagem dialética, a prática de levar o conhecimento, ouvir a resposta e, assim, ir resgatando o conhecimento do trabalhador, que por sinal é bastante elevado. O trabalhador natural do Brasil, o trabalhador simples do Brasil, na época, ele tinha o conhecimento da sua profissão, conhecimento de uma visão de mundo muito bem elaborada para os seus limites, não é? Essa metodologia permitiu que a gente conseguisse de fato transformar, como eu disse no início, um carpideiro de café em cerca de três ou quatro meses, num profissional muito bom. Foi graças a esse procedimento de respeitar o conhecimento dele e ir somando a partir dali. Essa visão de ver o ser humano como um todo, onde a profissão é um item de vida, uma parte da vida, é um espaço na vida do trabalhador. Nessa valorização do ser humano como um todo a gente percebia que a modificação nesse processo de aprender, de desenvolver, ela não se dava só na profissão. A partir do momento que o trabalhador conhecia os canais ou melhorava o seu entendimento nesses canais de crescimento como ser humano mais completo se modificava também na família e na relação com o filho, também na relação com colegas. Então, era o momento que a gente considerava como momento transformador na vida do trabalhador. Não era simplesmente adestrá-lo a um trabalho bem feito, era como se fosse a transformação de uma pessoa, de um ser humano em pessoa está certo, mas, de mais medíocre para uma pessoa que despontava para uma visão de mundo muito melhorada " .

O Curso Intensivo durou até 1995, embora o seu melhor momento tenha sido de 86 a 89, período em que foram dados seis cursos.

5.1.6. OS CURSOS

No início, ainda no CPT (Centro Profissionalizante do Trabalho), o Curso de Mecânica que era ministrado abrangia "Controle de Medida", "Ajustador Mecânico", "Torneiro", "Fresador", além da formação política. Essas atividades continuaram na "Nova Piratininga" ao tempo da Melo Barreto, no Brás.

Leonildo Rodrigues de Assis recorda:

"Eu fui para a Rua Riachuelo, com a incumbência de estruturar o Curso de Mecânica. A parte mais de organização política, a parte de envolvimento social, ela já estava sendo elaborada por aqueles que nós chamamos de "históricos" do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo: o Neto, o Carlucio, o Vito, posso estar esquecendo de alguns, mas no decorrer a gente lembra. E com a assessoria daquelas pessoas que eu já me referi, que eram Sueli, Nadia, Nadine, Carmen Sylvia, Bigode, também posso lembrar de outros nomes, entre eles, alguns são estes.[...] Não era só o Curso de Mecânica, eu era voltado mais à parte técnica, à parte da Mecânica, mas eram cursos que trabalhavam o

ser humano como um todo. Então, na linha de conhecimentos gerais, na linha de liderança sindical, leitura e interpretação de texto, leitura de jornais, relaxamento, oratória, discurso enfim, de lá saíram pessoas que hoje são dirigentes até nacionais, dentro da Central Única dos Trabalhadores como no Partido dos Trabalhadores e de outros organismos que estão colocados por aí, não é?”

Na rua Silveira Martins foram desenvolvidas algumas atividades como, por exemplo, a realizada pelo MOVA, programa da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, na gestão Luiza Erundina. Sueli Bossam, professora e membro da equipe pedagógica da “Nova Piratininga” apresenta importante registro a respeito desse período:

“MOVA é o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos que teve uma prática iniciada antes do governo Erundina, mas que teve um trabalho de absorção da Prefeitura para que esses trabalhos tivessem desenvolvimento em campo maior, chegou a ter mais de mil núcleos em São Paulo, núcleos de alfabetização, só no Município de São Paulo. A Matemática do MOVA nasceu com o grupo da e na “Nova Piratininga”. Foi para outros Estados do Brasil e chegou a ir para algumas escolas de Portugal, essa proposta de trabalhar o conhecimento matemático. A gestação da oficina foi dentro da “Nova Piratininga”. A Carmen, inclusive, trouxe alunos da Educação para ajudar na montagem dessa oficina., A Nádia, com um trabalho que ela tinha de Matemática nos Cursos Intensivos, eu, o Sérgio, o Leonildo, com a parte da experiência também do noturno, a minha parte mais com alfabetização, porque eu tinha experiência de alfabetização. Surgiu dentro desse núcleo da “Nova Piratininga” e se espalhou por todo o MOVA. Todo o final de semana a gente tinha formação dos monitores do MOVA. A “Nova Piratininga” dava formação para os instrutores, instrutores do MOVA, de como ensinar, de como trabalhar com os conhecimentos da Matemática com adultos analfabetos e semi-alfabetizados. Como disse, a oficina caminhou pelo Brasil e continua até hoje. Até hoje, essa oficina ela vai para os bairros. Em São Paulo, eu conheço diversos grupos, na região Leste, onde eu estou, várias comunidades aplicam a mesma metodologia, claro que adaptada à realidade local, adaptada aos instrutores locais. Até hoje, eu e o Sérgio estamos acompanhando grupos de alfabetização na área da Matemática. Hoje é o dia que eu vou, à noite, num grupo, o “São Paulo Apóstolo”, onde a gente trabalha a formação de instrutores para Matemática, tanto para Elétrica, como para a Alfabetização. Podemos dizer que é uma extensão da escola. A proposta metodológica dela está se expandindo, está viva. Apesar de toda essa dificuldade que ela teve, financeira, a proposta está espalhada, se pode dizer que isso nunca vai morrer, ela está por aí”.

Outra iniciativa histórica foi a realização do Curso Supletivo, projeto realizado em convênio com a Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, no governo de Luiza Erundina. Esse projeto foi muito valioso para os trabalhadores-alunos como atesta Cicero Umbelino da Silva, ex-aluno da escola e atual presidente do CEEP: *“Foi um projeto de nossos sonhos o Supletivo Profissionalizante, que era um supletivo para adultos, um projeto que resgatasse o saber desses operários e construísse um novo saber”.*

Nessa fase da “Nova Piratininga”, ainda existiu um curso intensivo coordenado por Leonildo Rodrigues de Assis. Já na gestão Erundina, a escola fez um convênio com a

Secretaria da Família e do Bem Estar Social, que, como nos disse o sindicalista Sebastião Lopes Oliveira Neto, “era um trabalho com jovens do Ipiranga e de Perus, uma espécie de complemento escolar com profissionalização”. O curso realizava o “reforço escolar” (Português e Matemática) associado ao ensino profissional nas áreas de Construção Civil, Mecânica e Eletricidade. O critério de acesso a esses cursos era a indicação pelos grupos ou “Comunidade” local.

Em seu depoimento, José Costa Prado também se refere a essa experiência:

“A “Nova Piratininga” fez um convênio com a Prefeitura de São Paulo para dar cursos, para adolescentes, de Eletricidade, Mecânica e Construção Civil. O público alvo, nesse momento, para esse curso, era a garotada do Jardim do Russo, lá em Perus, na extrema periferia da Zona Oeste de São Paulo. A maioria dos habitantes daquela região do Jardim do Russo sobrevivia, inclusive, de um lixão que tinha lá em Pirituba. Também uma garotada aqui da Zona Leste e uma garotada do Ipiranga. Nesse momento foi contratado para dar aula um companheiro muito capaz, era o Manuel do Vale, era um eletricitista há mais de 30 anos, com conhecimento assim em eletricidade de se equivaler a de qualquer engenheiro na área de eletricidade, porém o Mané tinha uma dificuldade, o Mané era militante da Comissão de Fabrica da PIRELLI, era militante da Pastoral Operária, mas para falar com essa garotada ele tinha muita dificuldade. O Manuel falava uma linguagem mais para engenheiro do que para o garoto de periferia, que tem um vocabulário muito pequeno, e ele tinha dificuldade de passar o conhecimento dele para a garotada. Então a gente tinha um canhão para matar pardal. E era demais da conta. E aí, quando eu entro na escola sou solicitado pela escola no seguinte: - como você tem um certo conhecimento de eletricidade e você tem uma facilidade no falar, você vai trabalhar. O Manuel é o instrutor e você vai trabalhar como monitor do Manuel. Eu funcionava meio como um tradutor em sala de aula e interagindo com a garotada no curso. Naquela época eu tinha trinta e dois anos, coisa desse tipo, e o Manuel tinha, era um jovem aí de uns 60 anos. Então, tinha aí uma disparidade de vários níveis. Foi um trabalho que deu um bom... O Manuel era uma pessoa acessível, não tinha o que disputar comigo, tudo que era conhecimento que podia passar ele me ajudava. Eu cresci um pouco profissionalmente nisso. Uma pena que o Manuel se foi logo, dois anos depois, o Manuel morreu. Mas aí foi uma troca muito boa porque o Manuel aprendeu falar e eu consegui aprender melhor a eletricidade. Acredito, a gente junto deu uma contribuição à garotada. O que me certifica isso foi ter visto depois um garoto na BABUCHE, aqui numa loja da BABUCHE, aqui na Avenida São João, fazendo a manutenção elétrica da BABUCHE. E eu fui surpreendido com o ex-aluno que gritou lá “Professor”, e eu quando olhei para cima e vi que o professor era eu. Era um garoto de Perus, daquela garotada que sobrevivia do lixo e que tinha uma vida meio marginal e naquele momento estava trabalhando como eletricitista. Isso deixa para a gente uma certeza de que se não foi 100%, mas que algum por cento isso aí ajudou aquele pessoal”.

Sobre a equipe da escola “Nova Piratininga”, nas palavras de Leonildo Rodrigues de Assis: “A dissolução dessa equipe não significou que cada um voltasse para casa e pusesse o chinelo de descansar e o pijama, mas ainda hoje todos os companheiros estão aí, de uma forma ou de outra, envolvidos em processos de organização dos trabalhadores”.

5.2. CENTRO DE EDUCAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISAS.

5.2.1. HISTÓRICO

O fim da escola “Nova Piratininga” não conseguiu apagar o “sonho” dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. A educação dos trabalhadores por trabalhadores continuou sendo o fio condutor da luta desse grupo de sindicalistas metalúrgicos para a reconstrução da sociedade. Aos poucos começou uma nova aglutinação desses militantes. Cícero Umbelino da Silva sustentava uma posição compartilhada pelo grupo:

“Uma experiência dessa não pode morrer assim, não deve morrer assim. A não ser que a gente decida matar, vamos dizer assim... Não presta mais e nós vamos acabar com isso, mas não era o caso, a experiência é válida, é a melhor experiência dos trabalhadores que conhecemos e não vamos tocar porque tem problemas. Então, vamos ver onde está o problema e vamos superá-lo. Foi em cima disso que eu decidi doar toda a minha vida para a reconstrução da escola. E aí comecei, eu, a Delma, que é minha companheira, o Neto, o Vito, depois o Carlucio começou a se convencer que era possível e começamos aos pouquinhos trazer os Movimentos, a Pastoral Operária, que estava numa relação muito desgastada, trazer o MST, trazer a Pastoral da Juventude, trazer todos aqueles Movimentos que sustentavam a escola. Trazer de volta aos pouquinhos, não é. Até pessoas novas nós começamos a trazer”.

Na própria rua Silveira Martins, nº 147 achou-se o local para dar início ao CEEP – Centro de Educação, Estudos e Pesquisas. Aos poucos foram sendo chamados os antigos colaboradores da “Nova Piratininga”, como nos revela José Costa Prado:

“A gente que tinha participado da “Nova Piratininga” é chamado por esses companheiros para estar discutindo essa nova proposta. E a gente desde o início do CEEP começa também participar, agora não mais como diretor, mas enquanto um colaborador mesmo no processo de discussão, de pensar a política do Centro, coisa desse tipo. [...] A gente começa a retomar a discussão da formação profissional. Foram feitos alguns cursos de Eletricidade, foi desenvolvida a questão da Informática, foi feito Curso de Manutenção de Microcomputadores... E nesse interim também se retoma a discussão da recuperação da escolaridade dos trabalhadores, quer dizer, aquele sonho que tinha sido frustrado pela derrota da eleição e ascensão do malufismo na cidade de São Paulo. Já, vamos dizer assim, na metade do projeto malufista, basicamente já sob comando do Pitta na cidade de São Paulo, a gente volta a sonhar com o Supletivo Profissionalizante. Começa toda uma discussão, muitos intelectuais junto conosco discutindo e se retoma o Supletivo Profissionalizante. E aí estávamos já numa condição mais favorável, não é?”

Era preciso começar do zero, pois as máquinas foram vendidas. Da “Nova Piratininga” permaneceu o propósito de formação profissional. Procurou-se atualizar o ramo da mecânica e introduzir alguns cursos direcionados à prestação de serviços.

Em maio de 98 foi definitivamente criado o CEEP, com diretoria própria e com o apoio dos Movimentos Populares. Sua diretoria era bastante diversificada, pois tem na diretoria, como presidente: Cícero Umbelino da Silva, militante operário, e membro da Pastoral Operária, na Vice-presidência: Padre Jaime Roberto F. Patrick, padre católico e também da Pastoral Operária, 1º tesoureiro: Paulo Francisco Moura, que é um militante operário, 2º tesoureiro: Stanislaw Szermeta, um militante histórico, metalúrgico de Osasco, e secretária: Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, que é educadora e militante da educação. Então toda essa composição deu grande diversidade ao CEEP.

Em 1999, a grande realização do CEEP foi o “Curso Supletivo Profissionalizante”, sonho antigo dos militantes, desde a “Nova Piratininga”. É oportuna a fala de Cícero Umbelino da Silva na apresentação dessa iniciativa:

“O Supletivo, é uma proposta antiga do CEEP, o principal objetivo desse Supletivo é se criar um movimento de trabalhadores pela educação gratuita e de qualidade. Educação pública. É uma coisa que é importante ficar clara, é que com toda essa composição de sindicatos em torno da nossa escola e do nosso projeto, esses sindicatos não administram recursos públicos, esses sindicatos não recebem o recurso público do projeto. O recurso vai para a Escola Pública que é a Paula Souza. O CEEP, junto com os sindicatos, o CEEP tem a coordenação pedagógica e os sindicatos têm a coordenação política. O que queremos com esse movimento é que os trabalhadores assumam um movimento de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade.”

Em 2000, o CEEP desenvolveu uma atividade diferente, embora esteja no campo de sua atuação – o educacional profissional. O CEEP, por assim dizer, saiu de sua sede no centro da capital e foi atuar no A,B,C,D, na Grande São Paulo. A experiência pode ser melhor explicada pelo seu presidente, Cícero Umbelino da Silva:

“Em Santo André a gente está desenvolvendo uma atividade que diferencia um pouco de outras atividades. É como se fosse mais ou menos assim, a cada ação que o CEEP desenvolve surge uma necessidade nova. Em Santo André, é uma coisa integrada, não é uma ação só do CEEP, é ação de vários projetos dentro de um programa que é chamado Programa de Inclusão Social da prefeitura de Santo André. O que é exatamente esse programa? É um programa que visa o combate à exclusão, se é combate à exclusão, logo é de inclusão, não é? É a inclusão de uma população que nunca teve acesso nem a serviços que a prefeitura oferece, que é o pessoal que vive em favela. É a população mais excluída, é a população de trabalhadores pobres que não tem nenhuma condição, não tem condição de moradia nenhuma. Você imagina, a pessoa que mora num barraco que não tem a privacidade nem com o vizinho, porque o seu barraco é dividido com “madeirite”; tudo que se fala do lado esquerdo e direito é como se tivesse falando dentro da casa, se é que se pode chamar de casa. Ali acontece de tudo. Às vezes o vizinho é um esturador que está pensando em esturpar o filho daquele morador. Então, acontece de tudo, tudo que você possa imaginar. A cultura que é construída naquela comunidade, o jeito daquela comunidade sobreviver a todas aquelas dificuldades é coisa

totalmente diferente do que a gente tem enfrentado nesses projetos que se tem desenvolvido. A prefeitura procurou enfrentar esse desafio que é de derrubar uma cerca, romper com a cerca que existe entre os moradores que não são favelados e moradores que são favelados, porque não se misturam, não é? O morador que é favelado tem vergonha de dizer que mora em favela, ele tem vergonha de dar o endereço da casa dele, porque tem uma questão social ali. A Prefeitura diz o seguinte: - Não basta só acabar com o barraco da favela, barraco de madeira, construir um barraco de alvenaria, construir uma casa de alvenaria se não tiver ação integrada. Aconteceu em São Paulo com o Singapura, em alguns lugares que trocaram a casa de madeira pela casa de alvenaria, mas o morador do Singapura continua sendo o cara que faz coisa ruim, acontece qualquer roubo, qualquer furto, qualquer estupro, quem foi? Logo a população acusa aquele pessoal que mora naquela comunidade ali. Então, não basta só mudar a fachada, tem que mudar o jeito de viver, o jeito daquela população se relacionar com aquela comunidade toda. É a reconstrução do bairro, é o investimento em cultura, investimento em investimentos sociais, é o investimento na saúde, é o investimento na educação, na formação profissional, na criança, no adolescente... Então, por isso que chama Programa Integrado de Inclusão porque são várias ações com recursos do município e com recurso também da União Européia. Eles acreditam nesse programa, acham que é uma forma eficaz de combate à pobreza e decidiram botar dinheiro nesse programa, a União Européia."

Em 2001, além da renovação do convênio com a Prefeitura Municipal de Santo André, foi recentemente, assinado outro convênio nesse sentido, com a Prefeitura Municipal de Diadema. São ações dos governos democráticos, recentemente reeleito e eleito, respectivamente, nesses dois municípios. Além disso, projeta-se a continuação do Curso Supletivo Profissionalizante de 2º Grau, a ser criado no 2º Semestre.

5.2.2. MANUTENÇÃO DO CEEP

Os primeiros recursos vieram da França, do SECOURS POPULAIRE (Socorro Popular), entidade francesa de solidariedade fundada no final da Segunda Grande Guerra para atender às vítimas da guerra. Essa entidade francesa também investe em causas educacionais e foi responsável pelo envio de recursos para a realização de três projetos: montagem dos laboratórios de Informática e de Eletrônica; depois, num terceiro momento, para a realização de um Curso de Formação de Formadores, pois os instrutores – de acordo com a concepção da escola – precisam ser atualizados permanentemente, tanto no que diz respeito às questões técnicas como nas questões gerais acerca da sociedade.

Do final de 1997 e por todo o primeiro semestre de 1998, o CEEP realizou alguns trabalhos em conjunto com a “Reconstrução”² conveniados com a SERT.- Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - promovendo cursos de Informática, de Eletricidade Residencial e Eletrônica.

O projeto do curso supletivo profissionalizante tem suas diretrizes construídas ao longo do tempo, e no final, através das discussões realizadas em dois encontros importantes em São Paulo, promovidos pelo Conselho de Escolas de Trabalhadores, em maio e setembro de 1998. No ano seguinte, 1999, ocorreram várias reuniões entre seus próprios membros, depois ampliadas, com a participação da Professora Maria Nilde Mascellani, responsável pedagógica do “Projeto Integrar”, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, então docente da PUC, além de outros educadores da Faculdade de Educação da USP e da PUC, de representantes da Fundação “Paula Souza”, do SENAC e da SERT. Por último, ficou sob a coordenação de Cecília Guaraná.

Esse projeto tomou forma com a efetivação de um convênio tripartite reunindo o CEEP, como coordenador do curso, a Fundação “Paula Souza”, como cedente das escolas e os trabalhadores, dos Movimentos Sociais e Sindicatos, responsáveis pelos alunos. Aprovado o projeto pelo Ministério do Trabalho, em Brasília, o curso supletivo profissionalizante recebeu recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, por intermédio da SERT. A duração do supletivo profissionalizante de 1º Grau foi planejado para 12 meses, de setembro de 1999 a dezembro de 2000. O Centro “Paula Souza”, além de ceder as instalações (salas de aulas e laboratórios), pela FAT – Fundação de Apoio à Tecnologia, foi responsável pelo recebimento do dinheiro do FAT, que chegava de Brasília para a SERT, e por seu repasse aos professores, coordenadores, etc. Os parceiros trabalhadores foram os Sindicatos: dos Sapateiros de Franca, dos Metalúrgicos das cidades de Rio Claro, Limeira, Santos, e da capital paulista, os Sindicatos dos Condutores de Veículos, dos Marceneiros, dos Vidreiros, dos Radialistas, o SITRAEMFA (que representa os trabalhadores em entidades de assistência social ao menor e à família), a AFUBESP- Associação dos Funcionários do BANESPA, além da Pastoral Operária e da Escola “São Paulo Apóstolo”. Foram organizadas oito turmas de 35 alunos

² Reconstrução: entidade de Educação Popular, fundada na década de 80, com o objetivo de dar cursos de Formação Sindical, de Comunicação para a formação de militantes e Assessoria para entidades de educação popular na confecção de projetos para convênios com ONGs ou órgãos públicos.

cada., funcionando quatro em São Paulo, na zona Leste, e quatro no interior do Estado: Rio Claro, Limeira e Franca.

Por fim, desde 2000, a Prefeitura Municipal de Santo André realiza o “Projeto Trabalhador Cidadão/ Programa Integrado de Inclusão Social”, mantido em parte, com seus próprios recursos e, a maior parte, com os oriundos da União Européia. Trata-se do “Programa de Inclusão Social”, desenvolvidos em quatro favelas daquela cidade: Capuava, Sacadura Cabral, Tamarutaca e Quilombo. O CEEP desenvolve atividades ligadas ao ensino profissional ao lado de muitas outras entidades que cuidam dos aspectos de saúde, urbanização, etc. O CEEP instalou uma sub-sede em Santo André, mantendo coordenadores, professores, materiais didático, etc. Além de ter sido renovado o contrato com o “Projeto Integrar” de Santo André, o CEEP está iniciando, em 2001, a mesma atividade em Diadema.

5.2.3. EQUIPE DE TRABALHO

Nos primeiros tempos do CEEP, Cícero Umbelino da Silva coordenou todas as atividades didáticas, contando com um grupo de monitores para a parte de laboratório e com outros para conteúdos da chamada “Habilidades Básicas”, que corresponde ao ensino para a cidadania. No final de 1997, a equipe da escola ganha um novo integrante, que o Cícero Umbelino chamou de “peso pesado”: *“Cecilia Guaraná foi a luz que nós estávamos precisando naquele momento, porque reunia junto comigo, Neto, Carlucio, Vito, a sua experiência na Universidade, em Secretaria de Educação, o seu trabalho com Paulo Freire e a gente tinha experiência em organização, na resistência, no local de trabalho”*.

No final de 98, começo de 99, a organização da escola estava concluída. O CEEP já tinha montado uma estrutura, embora pequena, com poucos funcionários e grande parte de trabalho voluntário. Cada curso desenvolvido exigia um professor de Habilidades, outro para a parte técnica, acompanhado por um monitor nas atividades de laboratório. Todo esse pessoal não era, necessariamente, de formação universitária. Cecília Guaraná fazia a coordenação geral e era auxiliada também por pedagogos. A parte funcional era contratada, enquanto os professores recebiam por projeto, conforme as aulas dadas. Entre os elementos da equipe pedagógica havia voluntários e assalariados.

Em relação ao curso supletivo profissionalizante, realizado do final de setembro de 1999 a dezembro de 2000, conforme já foi mencionado, o CEEP atuou em colaboração com nove sindicatos: Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Vidreiros, Sindicato dos

Condutores de veículos, o SITRAMEFA (Sindicato dos trabalhadores de creches, FEBEM, etc), a FUBESP, que é entidade dos funcionários do BANESPA, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, de Rio Claro e Limeira, e o Sindicato dos Sapateiros de Franca.

A coordenação pedagógica era da responsabilidade do CEEP, que montou uma equipe pedagógica, a qual selecionou os professores, discutiu os conteúdos, organizou os cursos de capacitação docente e fez acompanhamento das atividades de ensino, enquanto os sindicatos responsabilizaram pelo envio dos alunos, cuja seleção coube à equipe pedagógica, participaram das reuniões pedagógicas com os professores do projeto. O CEEP trabalhou com uma equipe pedagógica liderada pela professora Dra. Nídia Nacib Pontuschka, da Faculdade de Educação da USP, além de contar, inicialmente, com a assessoria da Professora Maria Nilde Mascellani.³ As escolas do Centro Paula Souza ofereceram as salas de aula, os laboratórios, cuidando da verificação de frequência dos professores, enfim, responsabilizaram-se pela infra-estrutura física e administrativa do projeto.

5.2.4. OS ALUNOS

Os alunos dos cursos de Informática, de Eletricidade Residencial, de Eletrônica e de Manutenção de Micro-Computadores eram matriculados por indicação dos Movimentos Populares (Pastoral Operária e da Juventude, Sindicatos, etc.). Recebiam o dinheiro do transporte e comiam o lanche oferecido pela escola. Geralmente, os indicados eram jovens e adultos da periferia, desempregados. Somente em 1998 passaram pelo CEEP mais de 150 alunos.

O curso supletivo profissionalizante reuniu alunos trabalhadores selecionados pelas entidades participantes do projeto, atingindo 200 alunos. O público do curso consistiu de jovens e adultos - homens e mulheres, empregados e/ou em risco de desemprego com idade média de 25 anos e escolaridade mínima correspondente aos quatro anos do Ensino Fundamental. Os alunos deveriam morar nas proximidades da escola.

No tocante ao projeto de Santo André, “Projeto Trabalhador Cidadão/ Programa Integrado de Inclusão Social”, os alunos são os residentes nas três favelas por ele dirigidos, tendo alcançado 970 alunos, em 2000, e, até março de 2001, 417 alunos.

³ A Professora Maria Nilde Mascellani que, mais uma vez apoiou ações educacionais do CEEP, infelizmente, veio a falecer em novembro de 1999.

5.2.5. O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Também no CEEP foi mantida a mesma postura didática desenvolvida pelos monitores da escola “Nova Piratininga”, e que consiste na marca pedagógica das escolas do CETI, isto é, não dar “pronto” o conhecimento, mas, sim, desenvolver a aprendizagem localizando-se no conhecimento acumulado do aluno trabalhador. A esse respeito, a fala da coordenadora Cecília Guaraná é esclarecedora: *“Em se tratando de alunos-trabalhadores com mais de 20 anos de idade, temas de interesse podem ser mais facilmente levantados e os “saberes” dos alunos podem ser compartilhados com os conhecimentos científicos que são estudados.”*

Nas salas de aulas desenvolvem-se as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, enquanto a parte técnica era realizada nos laboratórios. Os móveis das classes podiam ser movimentadas de modo a possibilitar a formação de pequenos grupos, para os trabalhos em conjunto. Os laboratórios eram utilizados nos momentos em que não prejudicavam a rotina dos alunos das escolas oferecidas pela Fundação “Paula Souza”. Também recorreu-se a atividades de “estudo do meio”.

A leitura dos vários documentos sobre o curso supletivo profissionalizante de 1º Grau (de 5ª a 8ª Séries), principalmente o intitulado “A Educação dos Trabalhadores pelos Trabalhadores” (2000), permite a apresentação de algumas de suas características:

- o curso pretende possibilitar ao aluno-trabalhador uma formação geral crítica e cidadã em nível de conclusão do ensino fundamental, associada a uma formação profissional;
- o curso busca atender às demandas regionais, considerando as peculiaridades do mercado de trabalho, garantindo ao trabalhador a educação atualizada, situando-o frente às constantes mudanças sócio-econômicas do mundo contemporâneo;
- o curso se divide em três módulos, o que permite a realização do programa por etapas e sua respectiva certificação. Os módulos não correspondiam à 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries, mas sim a um bloco conjunto;
- o curso tem a previsão de 1600 horas, sendo 1100 horas para Cultura Geral e Profissionalizante e as restantes 500 horas para Projetos (elaborados pelos alunos, individual ou em grupo, como estudo do meio, etc);

o curso foi constituído de duas partes: a de Cultura Geral, composta de cinco disciplinas: História, Geografia, Português, Matemática e Ciências; a parte Profissionalizante constou, inicialmente, de cursos de Informática e de Cooperativismo.

A definição dos cursos da área de formação profissional ocorreu após a realização de um estudo inicial que incluiu a participação dos alunos e sindicatos/entidades ligadas ao projeto. (Moraes, 2000) De acordo com a metodologia da pesquisa, por meio de aplicação de questionário e realização de entrevistas, foram levantadas informações: a) sobre o perfil do público do curso de suplência, sua trajetória e expectativas profissionais; b) sobre o perfil das categorias de trabalhadores envolvidos, sua situação profissional e a expectativa dos sindicalistas em relação à formação e a profissionalização. Além disso, realizou-se uma sondagem do mercado de trabalho, da situação de emprego das categorias profissionais dos alunos do curso. Procurou-se, também, identificar as oportunidades ocupacionais presentes nos diferentes municípios onde ele se desenvolve (demandas do mercado e demandas institucionais, das administrações municipais. Com base nessas informações e levando-se em consideração, para efeitos de certificação, o nível educacional correspondente (Ensino Fundamental), foram planejados os conteúdos profissionalizantes dos cursos em cada localidade. Em São Paulo: Instalação e Manutenção de Micros – 60 horas; Auxiliar Administrativo (conteúdos de Informática e operação de Equipamentos de Escritório) - 80 horas; Agente Comunitário de Saúde e Alimentação Escolar – 60 horas e 40 horas/total = 100 horas em Limeira e Rio Claro: Torno CNC, Informática (aprofundamento); Eletricista Residencial, 100 horas. Em Franca: Desenho Subsidiado por Computador – 50 horas; Informática (aprofundamento); Reparador de Aparelhos Domésticos – 80 horas.⁴

- a equipe de assessores reúne professores da universidade e outros profissionais com experiência em trabalhos interdisciplinares para pensar um supletivo profissionalizante;
- ao final do curso cada aluno recebe o Certificado de Conclusão emitido pela Fundação “Paula Souza”

⁴ A pesquisa foi realizada no âmbito do “Projeto Supletivo Profissionalizante”, por equipe da USP: Carmen Sylvia Vidigal Moraes (COORD.) e os pesquisadores Cristiano Reis de Souza e Igor Martins Fontes.

- os professores, inscritos nas diversas cidades, foram entrevistados e selecionados de forma a se buscar pessoas capazes de apresentar um trabalho coletivo, interdisciplinar.
- as reuniões pedagógicas pretendem estabelecer a unidade dos professores e a permanente reflexão pedagógica e seus rumos, ocorrendo semanal, mensalmente ou quando solicitadas à assessoria “em termos das práticas pedagógicas e de suas dificuldades. Para cada disciplina, há um professor-coordenador eleito por seus pares”. As reuniões pedagógicas, de formação, com a coordenação da Professora Dra. Nídia Nacib Pontusschka (FE.USP), realizaram-se semanal e mensalmente e contaram com a participação do maior número de professores.
- -ao final do curso, cada aluno recebeu o Certificado de Conclusão emitido pela Fundação “Paula Souza”.

O relato da Professora Cecília Guaraná pode dar uma idéia clara do trabalho pedagógico realizado:

“Houve uma mudança grande na forma dos professores verem seus alunos. A principio achavam que havia um desnível significativo de escolaridade entre os alunos trabalhadores, que com o tempo foi neutralizado, dando lugar à participação dos alunos nos projetos da classe. O envolvimento dos professores em questões relacionadas aos alunos foi crescendo. Uma professora de Franca nos disse: Nunca fui de estar acompanhando de perto os alunos. Estes, porém, me envolveram tanto, que passei a enxergá-los de uma forma diferente. Os próprios alunos nos disseram que à medida que se lhes era dada a palavra e eles falavam de seus conhecimentos, eles iam se soltando. Ao final do ano constataram a grande diferença na forma de comunicação, pela segurança, clareza em expor as suas idéias e na importância de seu conhecimento..... As primeiras reuniões gerais eram cheias de queixas sobre a forma de conduzir os trabalhos, apontavam na sala de aula “gente que sabe bastante, mas também aqueles que mal escrevem”. Não acreditavam que esses pudessem dar um salto de qualidade. Na avaliação final do curso perguntei-lhes: e o grande desnível inicial foi transposto? Eles haviam deixado de trazer problemas desse tipo e agora viam que, de uma forma ou de outra, conseguiram a sua superação, afirmando que certos alunos cresceram muito em relação a: auto confiança, liberdade para falar, escrever e pesquisar... Lembro-me, ainda, que problemas surgidos em virtude de atitudes irônicas e desrespeitosas por parte de professor de São Paulo levou os alunos a solicitarem um assento na reunião semanal de professores, o que foi concedido.”

5.2.6. OS CURSOS

Os cursos iniciais eram relacionados à Informática (Word, Windows, Access, Excel, e de Manutenção de Microcomputadores) e Eletrônica, depois foram acrescentados os de Eletricidade Residencial. Esses cursos eram de 140 horas, o de Informática, 160 horas de Manutenção de Microcomputadores, e de 240 horas os de Eletrônica e Eletricidade Residencial. Os alunos eram provenientes dos Movimentos Populares (Pastoral Operária e da Juventude, Sindicatos, etc.), que faziam sua indicação.

O curso supletivo profissionalizante realizou-se de setembro de 1999 até dezembro de 2000. A Profa. Prof. Cecília Guaraná, coordenadora-geral do curso, explica a dinâmica de suas disciplinas:

“Os conteúdos programáticos, organizados em módulos flexíveis, sequenciais e progressivos, articulam-se na área técnica, com itinerários formativos, correspondentes às diferentes ocupações e perfil ocupacional das diversas categorias. Os componentes curriculares foram agrupados em quatro grandes áreas Linguagem e Representações (Língua Portuguesa, Matemática e Artes); Ciência e Tecnologia (Química, Física, Biologia/Saúde e Ecologia); Sociedade e Cultura (História, Geografia, Trabalho e Cidadania); Área Técnica (definida pela pesquisa sobre os itinerários Formativos). Trata-se de um Programa de Suplência Profissionalizante que está funcionando em caráter experimental, por ter carga horária diferente da prevista legalmente e incluir a profissionalização. O agrupamento dos componentes curriculares em áreas mais amplos do conhecimento facilitará o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, contrapondo-se a busca da totalidade à fragmentação dos conteúdos.”

Quanto às atividades do CEEP no “Projeto Trabalhador Cidadão/ Programa Integrado de Inclusão Social”, é importante conhecer a caracterização feita pelo presidente do CEEP, Cícero Umbelino da Silva:

“O CEEP foi convidado a participar de uma licitação, por ter sua experiência em formação profissional, para cuidar da parte profissionalizante, dentro do Programa Integrado de Ação Social. Nosso projeto chama-se “Trabalhador Cidadão”. Nossas atividades são: Informática, manutenção de Micro, Repositor e Conferente. Eletricidade, tem um que chama Iniciação Profissional, que é para adolescente de 14 a 17 anos, Cabeleireiro, Manicura, Pedicuro, não é, que é voltado mais para o público feminino, uma coisa que tem dado muito certo porque nessa área quem tem gosto, quem aprende trabalhar, tem retorno mais imediato. Esse ano nós estamos experimentando a área de Telefonia, Instalador de Telefone, que também o mercado de trabalho está muito forte nessa área. É um investimento forte nessas comunidades. São quatro comunidades: Capuava, que é uma favela grande, Sacadura Cabral, Tamarutaca e Quilombo, num total, aproximadamente de 17.000 moradores, no total do programa. Até o final do ano

2000, o Programa Integrado de Inclusão Social era considerado um programa piloto, agora no ano de 2001 ele deixa de ser um programa piloto e é um programa que está se expandindo em Santo André. Provavelmente vai ser um programa piloto para outros municípios quem sabe em outros estados. Ele ganhou premio da G.V. Fundação Getulio Vargas, como um programa eficaz de combate à exclusão social. O CEEP tem além de desenvolver atividades para os trabalhadores no seu local de trabalho, agora está desenvolvendo atividades para os trabalhadores na sua moradia, não é?"

Cabe ainda ressaltar a importância do Núcleo "Nova Piratininga" e do CEEP, não só pelas metodologias de ensino que construíram ao longo de sua história, mas também por sua atuação pioneira e combativa na defesa de uma concepção de formação na perspectiva dos trabalhadores. O projeto pedagógico de escola sempre se baseou na concepção de que "a formação se dá na luta e que a profissionalização é um complemento da luta". Visava quebrar toda a compartimentalização entre o profissional e o político, realizando "os dois tipos de formação". Seu objetivo último era consiste em promover a formação de um trabalhador técnico e politicamente competente para interferir no local de trabalho: *"cada trabalhador é uma semente dentro da fábrica"*.

Nos últimos dez anos, expressando preocupação com a baixa escolaridade da população brasileira em um quadro de crescente desemprego e exclusão social, tem insistido na necessidade de as políticas públicas incorporarem, nos cursos de qualificação profissional, a recuperação de escolaridade.

A proposta da entidade no desenvolvimento de cursos supletivos profissionalizantes indica seu esforço em contribuir para as das políticas públicas de educação.

Sua recente experiência, em programas das administrações públicas petistas, como prefeituras de Santo André e Diadema, com a população pobre das favelas, público diferente daquele com o qual tem trabalhado em suas duas décadas de existência, expressam a preocupação de criar, também, novas metodologias de ensino. Sua expectativa consiste, agora, de acordo com a equipe de escola, em contribuir para a aplicação desses programas através de sua participação em cursos que resgatem a escolaridade dessa população.

Não se pode esquecer, ainda, a denúncia e crítica pertinentes à gestão empresarial do sistema "S", instituição sustentada com recursos públicos, mas de gestão privada. Tal crítica, como se viu, veio a ser uma idéia central na constituição do Fórum de Formação Profissional e, posteriormente, assumidas pelo Movimento Sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao caracterizar a experiência do Conselho de Escola de Trabalhadores como “Educação Popular” procurou-se inseri-la entre as iniciativas de educação que têm, entre suas mais importantes diretrizes, a de contribuir para um processo de transformação da sociedade, no sentido da eliminação das violentas desigualdades sociais com as quais convivemos, diferenciando-se, portanto, da educação popular criada pelo Estado Brasileiro ao longo de sua história.

As pesquisas desenvolvidas permitem que se reconheça a experiência educacional realizada pelo “Conselho de Escola de Trabalhadores” e, em particular, pelas três escolas aqui estudadas, como uma importante referência do ensino profissional no país. Os próprios trabalhadores sintetizaram a situação do ensino profissional em documento do CET, “Esboço para a Discussão de Uma Proposta de Educação Contra a Exclusão ou de Um Centro Público de Educação de trabalhadores”:

O ensino técnico é com as Escolas Técnicas e o ensino profissional é com o SENAI. Para aqueles que não vão a frente nos estudos – que não vão ser doutores – uma profissão pode ser aprendida no trabalho ou no SENAI. O SENAI representou a formação de uma mão de obra que o antigo modo taylorista de produção exigia: adestramento parcelado e concorrencial – o profissional restrito, formado dentro do individualismo para concorrer com os demais trabalhadores. Perfeitamente bem sucedido para o passado, o SENAI se encontra perfeitamente mal sucedido no futuro”

Até o surgimento dessas entidades aqui estudadas, o SENAI era a única referência de ensino profissional, isto é, de formação de mão de obra, visto tanto para empresários, como para os operários. Entretanto, a existência desse projeto alternativo de educação, que, mais do que capacitação ou qualificação para qualquer ofício procura propiciar a seus alunos trabalhadores a formação capaz de habilitá-los ao exercício da cidadania ativa, bem explicitada pelo seguinte texto:

“A cidadania tem tudo a ver com a idéia democrática. Não apenas porque estamos pensando nessa qualidade radical de igualdade diante da lei – do acesso e da oportunidade aos bens e serviços do estado – mas também porque a cidadania, dentro dessa origem antiga de cidade, daquele que participa de uma sociedade política, ela pressupõe a participação como membro de uma sociedade política com aqueles direitos e deveres já lembrados. Quando não existe essa participação, quando não se abrem os canais para a participação, quando dentre esses

direitos (e participação supondo a decisória, não só a reivindicatória), ficamos no campo da cidadania passiva.¹

A cidadania ativa, no caso dessa experiência educacional, é traduzida numa proposta pedagógica construída por trabalhadores, que tem como principal característica a integração do aprendizado de um ofício ao desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente a realidade.

As experiências aqui relatadas mostram a capacidade dos trabalhadores em pensar e estabelecer o currículo, e criar as condições para sua implementação, garantindo uma experiência escolar pouco comum no Brasil: uma escola de trabalhadores para trabalhadores. Demonstram, outrossim, que nesse fazer educacional nem o governo, nem os empresários foram indispensáveis, do ponto de vista da concepção e implementação do projeto pedagógico. Os próprios trabalhadores, neste caso, puderam orientar a formação profissional de sua classe.

Como as escolas estudadas não estavam submetidas às determinações do MEC, a certificação de seus alunos traduzia-se na legitimidade de sua formação. No começo, como foi visto, os alunos trabalhadores egressos da "Nova Piratininga" de São Paulo, construíram uma participação de liderança nos movimentos grevistas e nas disputas eleitorais do sindicato, marcaram presença, também, na fundação da CUT. A experiência de São João do Meriti promoveu a aprendizagem profissional em cima de projetos concretos de utensílios e máquinas, equipamentos e técnicas social e politicamente significativas e úteis aos trabalhadores urbanos e rurais; viabilizou a participação de seus alunos em experiências de economia social solidária, capacitou-os como monitores/instrutores de novos alunos. Os pernambucanos tiveram no CTC o caminho para a formação técnica, sindical e política do metalúrgico do Grande Recife. Sem dúvida, essa "triade" reuniu em seus quadros todos aqueles que desejavam lutar pela emancipação social dos trabalhadores, por uma sociedade igualitária, fossem marxistas ou católicos.

As dificuldades da sociedade brasileira na conjuntura histórica do Brasil das décadas de 1960 e 1970 favoreceram a união desse grupo de trabalhadores contrários ao atrelamento do sindicato ao Estado e à busca pela formação de novos quadros. Paulatinamente, os trabalhadores foram se articulando contra a ditadura que assolava ao Brasil, em particular, e a toda a América-Latina. Ao mesmo tempo, iam desenvolvendo suas experiências pedagógicas. Enquanto o espírito positivista/economicista dos burocratas e do empresariado conservador, que almejam apenas a formação da mão de obra necessária às demandas pontuais do mercado, essas escolas reconhecem

¹ BENEVIDES, Maria Victoria Soares "Cidadania: Conceito e Vivência" texto de palestra realizada pela autora em atividade da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. S/D

o saber que o trabalhador constrói ao longo de sua vivência, como cidadão, como sujeito social portador de conhecimentos e valores, capaz de atuar criticamente em seu meio com vistas à transformação da sociedade.

Essas experiências comprovaram, também, a união de vários grupos de trabalhadores, religiosos ou não, pela ação educacional. Os intelectuais das universidades (professores e alunos), pessoas independentes ou militantes sindicais, comunitários, etc, souberam buscar entre si os elementos comuns, no empenho de vencer as dificuldades provocadas pelas constrangedoras ações do Estado repressivo, pelas mudanças de técnicas de produção, pelo desemprego, enfim, pelas transformações por que foi passando a sociedade brasileira ao longo dos últimos quarenta anos.

No aspecto pedagógico, propriamente dito, ocorreu o aproveitamento da metodologia de Paulo Freire, que buscava no aluno as respostas primeiras, a partir das quais se desenvolveriam os conhecimentos. Sim, o reconhecimento do saber do trabalhador, construído ao longo de sua vida em família, na sociedade, na fábrica, etc, determina o caminho do processo de educação. A educação é vista como um todo voltado ao ser humano por inteiro, educação que reconhece o saber tecnológico como parte da vida do cidadão, ente portador de conhecimentos e valores capazes de fazê-lo atuar criticamente em seu meio.

A capacidade de organização desses grupos educacionais em um Conselho de Escolas de Trabalhadores foi o ponto alto dessa realização. Unidas pela necessidade de discutir o processo educacional dos trabalhadores, pela visão político-filosófica e pela proposta de futuro, o CET incentivou e continua a incentivar à difusão das idéias de Cooperativismo, dos Centros Públicos, dos cursos supletivos, das ações de formação profissional fora da escola.

Sobretudo, esses trabalhadores defendem a escola pública e gratuita e de qualidade para todos, direito e condição de realização de cidadania, de vigência de sociedade democrática. Defendem, também o desenvolvimento de ações educativas no âmbito das políticas públicas visando a socialização da experiência para o conjunto da população. Denunciam, também, os desvios do dinheiro dos próprios trabalhadores para projetos que não são de seu interesse.

Quanto às verbas públicas, foi possível registrar-se que, no decorrer dos anos, sempre houve a incompreensão dos governos frente às ações educacionais do operariado brasileiro. Até hoje o dinheiro do trabalhador, do FAT- Fundo de Amparo do Trabalhador, é realizada pelo SEFOR a projetos de entidades mais próximos das idéias defendidas pelos governantes, ou pelo PLANFOR, às empresas que realizam projetos de qualificação profissional para desempregados.

Os recursos, ainda, retirados das folhas de pagamento dos trabalhadores ainda se endereçam às entidades do sistema “S”. Entretanto, a solidariedade internacional esteve presente ao longo dos “anos de chumbo”, quando grupos religiosos e humanitários europeus sensibilizaram-se com a causa dos trabalhadores e enviaram os recursos necessários às atividades político-pedagógicas das escolas aqui apresentadas.

Esse trabalho também permitiu o registro da presença da ala “progressista” da Igreja Católica abrigando em suas propriedades os trabalhadores que precisassem de um espaço para se reunir e estudar, sem que fizesse distinção de credo ou outra ideologia. Da Igreja saíram diversas entidades religiosas que lutaram contra a ditadura. De suas fileiras também saíram muitos líderes da luta operária.

Finalmente, as ações educativas “de trabalhadores para trabalhadores” podem ser caracterizadas pelas palavras de um de seus mais respeitados educadores, o ex-metalúrgico Leonildo Rodrigues de Assis:

“Então era o momento que a gente considerava como momento transformador da vida do trabalhador. Não era simplesmente adestra-lo s um trabalho bem feito, era como se fosse a transformação de uma pessoa, de uma pessoa que despontava para uma visão de mundo melhorada.[...] Eu digo com relação aos alunos , era um verdadeiro processo de transformação [...] o crescimento de consciência. Então, aquelas portas feias e desarranjadas da ladeira suja (da Riachuelo)era um verdadeiro laboratório de pessoas humanas.”

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNHA**, Heládio Cesar Gonçalves. *Tendências da Educação Brasileira durante a República*. In: *Introdução ao Estudo da História da Educação Brasileira*. Primeiro Seminário de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEBUSP, 1971.
- AZEVEDO**, Fernando. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BEISIELGEL**, Celso. Educação e Sociedade após 1930. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIEFEL, 1984, pg. 381-410.
- _____. *Política e Educação Popular (A Teoria de Paulo Freire no Brasil)*. Ensaio 85. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BOLOGNA**, Ítalo. O ensino industrial no Brasil depois de Roberto Mange. In: *Revista de Organização e Produtividade*. São Paulo: IDORT n°25/ Jan e Fev.1956
- BRUNEAU**, Thomas. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- CEEP** – Centro de Educação, Estudos e Pesquisas. *A Educação dos Trabalhadores pelos Trabalhadores. São Paulo 2000* (memeo) p. 1-91.
- CHAGAS**, Valmir. *Educação Brasileira: o Ensino de 1º e 2º. Antes, Agora e Depois?* São Paulo: Saraiva, 1978.
- CRUZ**, Sebastião C. Velasco e MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na Pré-História da Abertura. In: *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 13-61.
- CUNHA**, Luiz Antonio. *Política e Educação no Brasil : A Profissionalização no Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- _____. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. *Uma Leitura da Teoria da Escola Capitalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- _____. *O Ensino Profissional Na Irradiação do Industrialismo*. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. *Ensino Médio e Ensino Profissional: Da Difusão À Exclusão*. Texto Apresentado na mesa redonda “A nova LDB, realizada durante a 20ª Reunião Anual da Anped. – Caxambu/MG – 21-25/09/1997.
- CUT**/Central Única dos Trabalhadores Resoluções: Formação Profissional da 7ª Plenária Nacional Zumbi dos Palmares. São Paulo, 1995.
- _____. Resoluções: A Política da CUT Sobre Formação Profissional VIII CONCUT. São Paulo, 1999.
- DEAN**, Warren. *A Industrialização em São Paulo (1880 a 1945)*. São Paulo: DIEFEL, 1971.
- DREIFUS**, René Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DOSSE**, François *A História em Migalhas – Dos Annales À Nova História*. São Paulo:

Editora Ensaio, 1994

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A Voz da Esposa. A Trajetória de Paulo Freire. File://C:\WIN\TEMP\Biografias 14/02/2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____ *Pedagogia Del Oprimido*. Buenos Ares: Siglo XXI, 1973.

_____ *Política e Educação* - Coleção Questões da Nossa Época N° 23. São Paulo: Cortez Editora, 1993 -3ª Edição

FRIGOTTO, Gualdêncio. *A produtividade da Escola Produtiva: um (re) exame das relações entre a educação e a estrutura econômica social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.

GIANNOTTI, Vito e NETO Sebastião. CUT - Central Única dos Trabalhadores -Por Dentro e Por Fora. Petrópolis: Vozes, 1990.

GÓES, Moacir e CUNHA, Luís Antônio. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão - Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

JESUS, Antonio Tavares de. *Educação e Hegemonia no Pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez/ Editora da Universidade de Campinas - SP -1989.

LUIZETTO, Flávio. O Movimento Anarquista em São Paulo: A Experiência da Escola Moderna (1912-1919). In: *Revista Educação e Sociedade*, n° 24. Agosto de 1986, p. 18 - 47.

_____ *As Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação Sindical no Brasil - História de Uma Prática Cultural*. São Paulo: Escrituras, 1996.

_____ e Bastos, Solange. Experiências e Projetos de Formação Profissional Entre Trabalhadores Brasileiros. In: *Revista Educação e Sociedade* N° 60 Dezembro de 1997-p 117 a 143.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *Diagnóstico da Formação Profissional - Ramo Metalúrgico*. São Paulo: Artchip, 1999.

_____ *A Socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo - 1873 a 1934*. Tese de Doutorado. FFLCH - USP, São Paulo, 1990.

_____ *O que há de novo na Educação Profissional no Brasil*. Texto apresentado na 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anpede: Caxambu/ MG - 24-28/09/2000

- NAGLE, Jorge.** *A Educação na Primeira República.* In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* São Paulo: DIEFEL, 1979, p. 261-291
- PINHEIRO, Paulo Sérgio.** *O Proletariado Industrial na Primeira República.* In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: DIEFEL, 1977, p. 137- 178.
- PORTELLI, Hugues** *Gramsci e o Bloco Histórico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE** - *Quadrimestral de Ciência da Educação* - Nº 1 - de setembro de 1978(ano I) a dezembro de 1999 nº 67 (ano XX).
- SADER, Éder.** *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiência e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- /Lowoy, Michael. Castro, Sandra e Hirata, Helena. *Introdução a Uma História do Movimento Operário Brasileiro No Século XX.* Belo Horizonte/MG: Revista Veja, 1980.
- SAVIANI, Dermeval.** *Política e Educação no Brasil: o Papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.* São Paulo: Cortez, 1987.
- *Sobre a Concepção de Politécnia.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1987.
- SENAI.** A Entidade SENAI. *Série Programador Curricular.* São Paulo, 1991.
- *O Giz & a Graxa - Meio Século de Educação Para o Trabalho.* São Paulo, 1992.
- SKIDMORE, Thomas.** *Brasil: de Getúlio a Castelo.* São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- TEIXEIRA, Anísio.** *A Educação no Brasil.* In: Hans, Nicholas. (org.) *Educação Comparada Nacional.* São Paulo, 1971, p. 454-455.
- VALENTE, Ivan.** *A Municipalização Imposta e a Exclusão Social – Uma Análise da Política de FHC para o ensino fundamental.* Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.
- VIEIRA, Evaldo.** *Estado e Miséria Social no Brasil : de Getúlio a Geisel.* São Paulo: Cortez, 1985.

- Escola “Nova Piratininga”.Carta de Monitores e Colaboradores, mês de novembro
 - Escola “Nova Piratininga”.Movimento Pró-Escola Livre dos Trabalhadores, da Comissão de Gestão do CCS e pela Liga dos Trabalhadores Ferroviários/SP
1989
 - Livro de Poesias dos Alunos da Escola “Nova Piratininga”, 1º Semestre
1993
 - Poesias de Sueli Bossam, mês de janeiro
 - Escola “Nova Piratininga”. Documentação do Convênio com a Secretaria de Educação do Município de São Paulo
 - A Escola “Nova Piratininga”e a experiência do trabalho junto ao poder público municipal
1994
 - Escola “Nova Piratininga”.Esboço para a discussão de uma proposta de educação contra a exclusão
 - Conselho de Escola de Trabalhadores: “Centro Publico de Educação de Cidadãos Trabalhadores
1995
 - Conselho de Escolas de Trabaalhadores: Plataforma de aducação para Cidadãos Trabalhadores
1996
 - CUT.Documento Base Para a Discussão no Seminário Nacional Sobre Formação Profissional: Questões Críticas dea Educação Brasileira”
1997
 - SERT. Sistematização de Funcionamento do Centro Público de Formação Profissional-
1998
 - Conselho de Escolas de Trabalhadores: Quem somos nós
2000
 - CEEP.Curso Trabalhador Cidadão Santo AndréCartaz: Você também quer estudar?
- SEM DATA:**
- Escola “Nova Piratininga:
 - Ficha de Inscrição de Aluno
 - Teste de Avaliação de Nível Teórico de Candidato
 - Ficha de Interpretação de texto
 - Proposta de Pauta para a reunião da Equipe da Área Complementar

- Convite para a inauguração da nova sede
- Horário de Aulas
- Roteiro para a leitura de Gramsci
- Cópia do Convênio com a Sec de Ed. Do Município de São Paulo de Suplência II Profissionalizante
- Projeto Trienal de Co-Financiamento = Formação Profissionalizante. Novos Cursos Profissionalizantes e Atividades de Formação
- Anexo 1: “O Que é a Escola Nova PIRATININGA
- Anexo 1: “Área Complementar – a formação político-social”
- Programa de Formação Profissional para Adolescentes
- Programa de Formação Profissional – Qualificação I
- Programa de Ensino Supletivo Profissionalizante de 1º Grau

ENTREVISTAS:

Componentes:

1. Sebastião Oliveira Lopes Neto – 14/05/1999 INDIVIDUAIS:
2. Waldemar Rossi – 23/06/1999
3. Carlucio Castanha Junior – 23/08/1999
4. Sueli Bossam – 30/08/1999
5. Nádia Gebara – 12/06/1999
6. Waldemar Rossi (2ª) – 10/10/2000
7. Vito Giannotto – 12/05/2000
8. Leonildo Rodrigues de Assis – 15/12/2000
9. Sergio Florentino – 15/12/2000
10. José Costa Prado – 09/01/2001
11. Cícero Umbelino da Silva – 24/01/2001
12. Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná – 28/01/2001
13. Sebastião Oliveira Lopes Neto (2ª) – 20/02/2001

Em Grupo:

1. CEEP: ENTREVISTA REALIZADA POR SILVIA MANFREDI:

Em 14/08/ 97. Componentes: Carmen Sylvia Vidigal Moraes, Cecília V. Lacerda Guaraná, Cícero Umbelino da Silva, José Lucas dos Santos, Sergio Florentino e Raimundo Moreira de Oliveira.

2. CET:

Em 03/08/2000. Componentes: Beatriz Costa e Francisco Lara

3. CTC:

Em 23''06'2000. Componentes: Clara Lúcia Santana de Siqueira, Carlucio Castanha Jr. e Neilan Humberto Brito Spinelli

4. CADTS:

Em 03/08/2000. Componentes: André Faria, Ana Cândida da Silva Gomes, Genusia de Lacerda e Silva, José Ítalo B. de Albuquerque, Leilane Brito Mosry da Silva, Luiz Cláudio F. da Costa, Maria Sueli Bus de Sousa Marli da Silva Paulo, Nuno José Lopes Neto, Roberto de Jesus Rezende, Severino Cosmo da Silva e Vânia Valdo dos Santos.